

ALPARGATAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1. Considerações gerais

A Alpargatas S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo, capital, na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1.336 e registrada na Bolsa de Valores de São Paulo - BMF&BOVESPA com o código de negociação "ALPA4" e "ALPA3".

Suas atividades e de suas controladas (doravante coletivamente denominadas "Grupo Alpargatas" ou "Grupo") são a fabricação e comercialização de calçados e respectivos componentes; artigos de vestuário; artefatos têxteis e respectivos componentes; artigos de couro, de resina e de borracha natural ou artificial e artigos esportivos.

As controladas diretas e indiretas e a coligada, por meio das quais a Companhia mantém operações no Brasil e no exterior, estão informadas na nota explicativa nº 6.

1.2. Aumento de participação na controlada Alpargatas S.A.I.C. - Argentina.

Para os detalhes do processo de aquisição e aumento de participação na controlada Alpargatas S.A.I.C. - Argentina, vide nota explicativa nº 14.

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

2.1.1. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

2.1.2. Demonstrações financeiras individuais da controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere a avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014 que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo CPC, recepcionando a citada revisão do IAS 27 e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos a partir de 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

2.2. Bases de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

3. Principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de maneira consistente com as práticas contábeis descritas para todos os exercícios apresentados, sendo as principais apresentadas a seguir.

a) Princípios gerais e critério de reconhecimento de receita

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de vendas é reconhecida na demonstração do resultado quando: (i) os riscos e benefícios inerentes aos produtos e às mercadorias vendidas são transferidos aos compradores; (ii) quando for provável o recebimento dos valores devidos à Companhia; e (iii) quando não houver mais nenhum envolvimento da Administração com os produtos/mercadorias. A receita de vendas é apresentada líquida de deduções, incluídos os impostos calculados sobre as vendas.

b) Reconhecimento de incentivos fiscais - subvenções para investimentos

A receita decorrente de incentivos fiscais, recebida sob a forma de ativo monetário, é reconhecida no resultado quando recebida em contraposição de custos e investimentos incorridos pela Companhia e por suas controladas nas localidades onde o incentivo fiscal é concedido.

A subvenção para investimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS dos Estados da Paraíba e de Pernambuco é registrada a crédito na rubrica "Impostos incidentes sobre as vendas" e a subvenção para investimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ é registrada a crédito na rubrica "Imposto de renda e contribuição social - correntes". Posteriormente, quando do encerramento do exercício, são destinados à rubrica "Reservas de capital - incentivos fiscais - subvenção para investimentos", no patrimônio líquido.

Conforme descrito na nota explicativa nº 7, a Companhia e sua controlada CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias reconhecem os incentivos referentes às subvenções dos Estados da Paraíba e de Pernambuco mensalmente na apuração do ICMS das unidades operacionais localizadas naqueles Estados, uma vez que as condições necessárias para auferir o incentivo já foram cumpridas.

c) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

(i) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários com prazos de vencimento e carência de até 90 dias, contados da data da aplicação, ou com vencimentos acima de 90 dias, mas considerados de liquidez imediata, pois há intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo, com o próprio emissor, por um montante de caixa com insignificante risco de mudança de valor. Os investimentos temporários são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

(ii) Aplicações financeiras

Compreendem os investimentos financeiros com prazos de vencimento e carência superiores a 90 dias da data da aplicação. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

d) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída considerando-se a avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia e de suas controladas para cobertura de prováveis perdas na realização conforme os valores demonstrados na nota explicativa nº 9.

Pelo fato de as contas a receber serem liquidadas normalmente em um prazo médio inferior a 60 dias, os valores contábeis representam substancialmente os valores justos nas datas dos balanços.

e) Estoques

São registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor de mercado e por eventuais perdas, quando aplicável. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 10.

f) Arrendamentos

São classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para a Companhia ou suas controladas.

A classificação dos contratos de arrendamento financeiro é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos financeiros são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento financeiro é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros a apropriar, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa efetiva de juros constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são

classificadas no passivo circulante e no não circulante de acordo com o prazo do arrendamento. O bem do imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a sua vida útil-econômica, conforme as taxas mencionadas na nota explicativa nº 15.

g) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme taxas demonstradas na nota explicativa nº 15. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O saldo do imobilizado inclui todos os gastos alocáveis aos bens durante a sua fase de construção e/ou a fase de testes pré-operacionais dos bens.

Conforme mencionado no item “f)”, os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, originados de operações de arrendamento do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

h) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável acumulado. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável.

O intangível inclui: (i) marcas; (ii) cessão de direito de uso comercial; (iii) licenças de uso de sistemas computadorizados (softwares), incluindo os correspondentes gastos com implementação; (iv) carteiras de clientes adquiridas de terceiros; e (v) ágio na aquisição de investimentos.

Os ativos com vida útil definida são amortizados de acordo com os prazos descritos na nota explicativa nº 15. Os ativos intangíveis sem vida útil definida, compostos substancialmente pelos valores dos ágios pagos na aquisição de controladas, foram amortizados até 31 de dezembro de 2008 considerando o prazo de dez anos e passaram, a partir de 1º de janeiro de 2009, a ser anualmente avaliados quanto à sua capacidade de recuperação (“impairment”) e/ou quando indícios de não recuperação se fizerem presentes (vide detalhes das premissas na nota explicativa nº 15).

As licenças de uso de sistemas computadorizados (“softwares”), incluindo os correspondentes gastos com implementação e de sistemas de gestão empresarial adquiridos, são capitalizadas e amortizadas também conforme as taxas descritas na nota explicativa nº 15, e os gastos associados à manutenção destas são reconhecidos como despesas, quando incorridos.

Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando é provável que os benefícios econômicos futuros por eles gerados serão superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os gastos com desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas no resultado do exercício, quando incorridas.

As marcas e patentes adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico. As marcas e patentes adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição, uma vez que têm vida útil definida e são registradas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear, com base nas taxas demonstradas na nota explicativa nº 15.

Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos

São registrados como despesa do exercício, quando incorridos. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 15.

i) Aquisições de controladas efetuadas anteriormente à data de transição para as IFRSs

Em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente à Lei nº 11.638/07, a diferença entre o valor pago e patrimônio líquido da empresa controlada adquirida era contabilizada como ágio, tendo como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade futura do negócio adquirido, e amortizada conforme vida útil determinada na ocasião. A partir de 1º de janeiro de 2009, o saldo do ágio deixou de ser amortizado para fins contábeis e passou a ser avaliado por sua perspectiva de realização, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 01/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A Companhia adotou a opção oferecida pela norma IFRS 01 - Primeira Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro e não ajustou o ágio sobre as aquisições de empresas controladas realizadas anteriormente a 1º de janeiro de 2009, mantendo essas aquisições pelos seus valores contábeis na data de transição, em conformidade com a norma IFRS 01.

j) Avaliação do valor recuperável dos ativos (exceto ágio)

A Companhia e suas controladas analisam anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso tais evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo ("impairment").

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

k) Avaliação do valor recuperável do ágio

Com o objetivo de testar as perdas do valor recuperável, a Administração definiu que as UGCs correspondem a cada segmento de negócio, no qual o ágio foi alocado, e são submetidas a testes de perda do valor recuperável anualmente, ou mais frequentemente, quando houver indicação de que a UGC possa ter perdido o seu valor recuperável. Se o valor recuperável da UGC for inferior ao seu valor contábil, a perda é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e posteriormente aos outros ativos da unidade pelo critério "pro rata" com base no valor contábil de cada ativo na unidade. Uma perda do valor recuperável reconhecida para ágio não é revertida em um período subsequente. Na alienação de uma controlada, o valor do ágio atribuível, quando existente, é incluído na determinação do resultado da alienação.

l) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

É reconhecida quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

É atualizada até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia e de suas controladas. Os fundamentos e a natureza da provisão e das contingências estão descritos na nota explicativa nº 22.

m) Tributação

m.1) Tributação sobre as vendas

As receitas de vendas no mercado interno estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições às alíquotas básicas:

- Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - 7% a 18% (i).
 - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - 7,65% (ii).
 - Programa de Integração Social - PIS - 1,65% (ii).
 - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - 1,5%.
- (i) A Companhia e sua controlada CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias possuem incentivos de subvenção para investimento de ICMS conforme detalhes demonstrados na nota explicativa nº 7.
- (ii) Os créditos decorrentes do regime de não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados como redutoras do custo das mercadorias e dos produtos vendidos na demonstração do resultado do exercício.

As vendas são apresentadas na demonstração do resultado do exercício pelo valor líquido dos respectivos impostos e contribuições (receita operacional líquida).

m.2) Tributação sobre o lucro

Impostos correntes

A provisão para imposto sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas tributáveis ou despesas dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada individualmente por empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim de cada exercício, sendo, exceto pelas controladas localizadas no exterior em que são observadas as alíquotas fiscais válidas para cada um dos países em que se situam essas controladas, o imposto de renda e a contribuição social da Companhia e das controladas no Brasil calculados, respectivamente, às alíquotas de 25% e 9%. A controlada Alpargatas Imobiliária Ltda. apurou o imposto de renda e a contribuição social de acordo com a sistemática do lucro presumido, levando-se em consideração as alíquotas e a legislação em vigor nas datas dos balanços.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados nas datas dos balanços, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando aplicável, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

Impostos diferidos

O imposto sobre a renda diferido ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias nas datas dos balanços entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada nas datas dos balanços e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente nas datas dos balanços, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, nas datas dos balanços, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

Imposto sobre a renda corrente e diferido

São reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando está relacionado a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que o imposto também é reconhecido diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, ou quando ele é originado da contabilização inicial de uma combinação de negócios. No caso de uma combinação de negócios, quando aplicável, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 12.

n) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da controladora e de cada uma das controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados com base na moeda funcional de cada uma dessas empresas, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas operam.

Para fins das demonstrações financeiras consolidadas, os resultados e os saldos patrimoniais de cada empresa do Grupo são convertidos para reais, que é a moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia.

Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (reais) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

Conversão

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa e todas as outras movimentações de ativos e passivos são convertidas para reais à taxa de câmbio média, tomando como base um valor próximo da taxa cambial vigente na data das correspondentes transações. As contas do balanço patrimonial são convertidas para reais às taxas de câmbio nas datas dos balanços.

Os efeitos das variações da taxa de câmbio durante o exercício, sobre o patrimônio líquido no início do exercício, são registrados como uma movimentação do patrimônio líquido, da mesma forma que a diferença entre o lucro acumulado do exercício é registrada à média das taxas de câmbio e às taxas de câmbio do fim do exercício. As diferenças cambiais acumuladas resultantes são demonstradas como um componente separado no patrimônio líquido - "Ajuste de avaliação patrimonial". No caso de alienação total ou parcial de uma participação em uma Empresa do Grupo, mediante venda ou como resultado de pagamento de capital, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração do resultado como parte do ganho ou da perda na alienação do investimento.

o) Instrumentos financeiros

Classificação

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e por suas controladas são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: (i) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou contratados.

Ativos financeiros

(i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente, no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras".

(ii) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 compreendem contas a receber de clientes (nota explicativa nº 9) e saldos a receber de partes relacionadas (nota explicativa nº 21).

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados sob essa denominação quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Outros passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, são representados por empréstimos e financiamentos bancários (nota explicativa nº 17), saldos a pagar a fornecedores (nota explicativa nº 16) e obrigações negociadas da controlada Alpargatas S.A.I.C. - Argentina (nota explicativa nº 18), os quais, exceto pelo saldo a pagar a fornecedores, são apresentados pelo valor original, acrescido de juros e variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

Método da taxa efetiva de juros

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e valores pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa efetiva de juros, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", respectivamente, no período em que ocorrem.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de "hedge"

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos do tipo NDF ("Non-Deliverable Forward") para se proteger do risco de variação das taxas de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de "hedge" são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é firmado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Para fins de contabilidade de "hedge", a Companhia adota o hedge de fluxo de caixa, que fornece proteção contra a variação nos fluxos de caixa que sejam atribuíveis a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

No momento da designação inicial do hedge, a Companhia formalmente documenta a relação entre os instrumentos de "hedge" e os itens que são objetos de "hedge", incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade da relação. A Companhia faz uma avaliação contínua do contrato para avaliar se o instrumento será "altamente eficaz" na compensação de variações do valor justo dos respectivos itens objeto de hedge durante o período para o qual o "hedge" é designado e se os resultados reais de cada "hedge" estão dentro da faixa de 80% a 125%.

No "hedge accounting" de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações do valor justo dos instrumentos derivativos designados e qualificados como "hedge accounting" de fluxo de caixa é registrada no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes. O ganho ou perda relacionado à parcela ineficaz é reconhecido no resultado do exercício, em receita (despesa) financeira.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados para o resultado do exercício nos períodos em que o item protegido por "hedge" afeta o resultado do exercício. Além disso, quando a operação prevista protegida por "hedge" resultar no reconhecimento de um ativo não financeiro, os ganhos e perdas previamente diferidos no patrimônio líquido são transferidos e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo.

Quando um instrumento de "hedge" vence ou é vendido, ou quando um hedge não atende mais aos critérios de "hedge accounting", todo o ganho ou perda acumulado existente no patrimônio líquido naquele momento permanece no patrimônio líquido e é realizado contra o resultado quando a transação prevista é reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a operação protegida por "hedge" ocorra, o ganho ou a perda acumulado que havia sido apresentado no patrimônio líquido é imediatamente transferido para o resultado do exercício, em receita (despesa) financeira.

p) Remuneração com base em ações

O valor justo das opções de compra de ações concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No fim de cada exercício, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos, sendo o impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na rubrica "Opções outorgadas reconhecidas", que registrou o benefício aos empregados, em conformidade com os critérios do pronunciamento técnico CPC 10/IFRS 02 - Pagamento Baseado em Ações.

q) Participação nos resultados

A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados por parte dos funcionários, a qual é vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

r) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Quando aplicável, a proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, efetuada pela Administração da Companhia, que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio", por ser considerada como uma obrigação estatutária prevista no estatuto social da Companhia. Entretanto, nos casos aplicáveis, a parcela dos dividendos e juros sobre o capital próprio superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas

demonstrações financeiras, é registrada na rubrica “Dividendo adicional proposto”, no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados em nota explicativa.

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido. Para fins tributários são tratados como despesas financeiras reduzindo a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social.

s) Benefícios a empregados e ganhos e perdas atuariais do plano de pensão

Os custos associados às contribuições efetuadas pela Companhia e por suas controladas aos planos de pensão são reconhecidos como despesa no resultado quando os serviços que concedem o direito a esses benefícios são prestados (regime de competência). Os ganhos e as perdas atuariais apurados no plano de extensão de assistência médica a funcionários são reconhecidos no resultado em conformidade com os critérios do pronunciamento técnico CPC 33/IAS 19 - Benefícios a Empregados, baseando-se em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, conforme detalhes divulgados na nota explicativa nº 29.

t) Lucro líquido por ação

Apresentado como básico e diluído, conforme descrito na nota explicativa nº 36.

u) Ativo mantido para venda e resultado de operações descontinuadas

O Grupo classifica um ativo como mantido para venda se o seu valor contábil será recuperado por meio de transação de venda. Para que este seja o caso, o ativo mantido ou o grupo de ativos mantidos para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tal ativo. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável.

Para que a venda seja altamente provável, a Administração deve estar comprometida com o plano de venda do ativo, e deve ter sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano. Além disso, o ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Ainda, deve-se esperar que a venda seja concluída em até um ano a partir da data da classificação como mantido para venda.

O grupo de ativos mantidos para venda é mensurado pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos despesas de venda. Caso o valor contábil seja superior ao seu valor justo, uma provisão para ajuste ao valor recuperável é reconhecida em contrapartida ao resultado. Qualquer reversão ou ganho somente será registrado até o limite da perda reconhecida.

A depreciação do ativo mantido para venda cessa quando o ativo é designado como mantido para venda.

v) Informações por segmento

São apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pelo Diretor Presidente. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 25.

w) Investimentos em coligada

O investimento indireto da Companhia em sua coligada é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial. Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na coligada é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a coligada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função de o ágio fundamentado em rentabilidade futura ("goodwill") integrar o valor contábil do investimento na coligada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da coligada. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da coligada, a Companhia reconhece sua parcela nas variações ocorridas e divulga esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre o Grupo e a coligada, são eliminados de acordo com a participação mantida na coligada.

A participação societária na coligada é demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

As demonstrações financeiras da coligada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o Grupo. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pelo Grupo.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofrerá perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre a coligada, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. É reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da coligada no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

x) Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo Alpargatas e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pelo Grupo Alpargatas, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das mercadorias e dos produtos vendidos e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, considerando os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza

entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4. Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis

Na aplicação das práticas contábeis, a Administração faz julgamentos e elabora estimativas dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

a) Reconhecimento da receita de vendas

Para fazer esse julgamento, a Administração levou em consideração o critério detalhado de reconhecimento da receita oriunda da venda de produtos e, em particular, se a Companhia e suas controladas haviam transferido ao comprador os principais riscos e benefícios da propriedade dos produtos.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia e suas controladas reconhecem ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Administração revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

c) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 22. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras.

d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para perdas na realização de créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no critério descrito na nota explicativa nº 3.d).

e) Provisão para perdas com estoques de giro lento e fora de linha

A provisão para perdas com estoques de giro lento e fora de linha é constituída com base em política definida pela Administração que leva em consideração a previsão de vendas futuras e o saldo de estoques existentes nas datas dos balanços.

f) Planos de pensão e de assistência médica

O valor atual dos planos de pensão e de assistência médica depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto, e outras, que estão divulgadas na nota explicativa nº 29. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados.

g) Avaliação do valor recuperável do ágio

Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das UGCs para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das UGCs e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

O valor contábil do ágio em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 323.887 e de R\$ 150.130 em 31 de dezembro 2013. Os detalhes das premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável estão divulgados na nota explicativa nº 15.

h) Vida útil dos bens do imobilizado e intangível

A Companhia e suas controladas revisam anualmente a vida útil estimada dos bens do imobilizado.

5. Novas normas, alterações e interpretações de normas

A natureza e os impactos das novas interpretações e alterações de normas estão descritas abaixo:

CPC 36 (R3) / IFRS 10, CPC 45 / IFRS 12 e CPC 35 (R2) / IAS 27 (Revisão) – Entidades de investimento

Fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com a IFRS 10. Essa exceção requer que as entidades de investimento registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado. A revisão não teve impacto na apresentação, posição financeira ou performance do Grupo.

CPC 39 / IAS 32 (Revisão) – Compensação de ativos e passivos financeiros

As revisões clarificam os critérios para a compensação de ativos e passivos financeiros. A revisão não teve impacto na apresentação, posição financeira ou performance do Grupo.

ICPC 19 / IFRIC 21 – Tributos

O IFRIC 21 clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. A norma não teve impacto na apresentação, posição financeira ou performance do Grupo.

CPC 38 / IAS 39 (Revisão) – Renovação de derivativos e continuação de contabilidade de hedge

Essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado como hedge atinge certos critérios definidos na norma. A revisão não teve impacto na apresentação, posição financeira ou performance do Grupo.

A seguir são apresentadas as normas emitidas pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão destas informações contábeis intermediárias e que não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. O Grupo pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substituiu a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de versões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) é permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. A Companhia quantificará oportunamente eventuais efeitos da implementação desta norma.
- IFRS 15 Receita de contrato com clientes: estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação de receita ou da indústria. Aplica-se a todos os contratos de receita e fornece um modelo para o reconhecimento e mensuração de ganhos ou perdas com a venda de alguns ativos não financeiros que não estão ligados às atividades ordinárias da entidade (por exemplo, as vendas de imóveis, instalações e equipamentos ou intangíveis). Extensas divulgações são também requeridas por esta norma. Este pronunciamento deverá ser aplicado para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com aplicação antecipada permitida.
- IFRS 5 Ativo não circulante mantido para venda e Operação descontinuada – Modificações no método de alienação: esclarece que a mudança de método de alienação do bem, seja por meio da venda ou por meio de distribuição aos proprietários, não deve ser considerada como um novo plano de alienação, mas sim uma continuação do plano original. Assim, não há interrupção da aplicação dos requisitos do IFRS 5. A alteração também esclarece que a mudança do método de alienação não muda a data da classificação. Esta alteração deverá ser aplicada prospectivamente para modificações no método de alienação que ocorram em períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2016, com aplicação antecipada permitida.
- IFRS 7 Instrumentos financeiros (Divulgação) – Contratos de serviço: esclarece que um contrato de serviço que inclui taxa de administração pode caracterizar constituir envolvimento contínuo em um ativo financeiro. Uma entidade deve avaliar a natureza da taxa e disposição contra a orientação para o envolvimento continuado nos parágrafos IFRS 7.B30 e IFRS 7.42C, a fim de avaliar se são necessárias as divulgações. Esta alteração deverá ser aplicada para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2016, com aplicação antecipada permitida.
- IFRS 7 Instrumentos financeiros (Divulgação) – Aplicabilidade das divulgações de *offset* às demonstrações financeiras condensadas: a alteração suprime a expressão “e períodos intermediários dentro desses períodos anuais” do parágrafo 44R, esclarecendo que estes requerimentos de divulgação do IFRS 7 não são exigidos em demonstrações financeiras condensadas. No entanto, o IAS 34 exige que uma entidade divulgue “uma explicação dos eventos e transações que são significativos para a compreensão das alterações na posição financeira e do desempenho da entidade desde o final do último período anual”. Portanto, se as divulgações do IFRS 7 refletem uma atualização significativa para a informação incluída no relatório anual mais recente, espera-se que estas sejam incluídas nas demonstrações financeiras condensadas. Esta alteração deverá ser aplicada retrospectivamente para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2016, com aplicação antecipada permitida.
- IAS 19 Benefício a empregados – Taxa de desconto, emissão mercado regional: a alteração esclarece que títulos corporativos de alta qualidade de mercado devem ser avaliados com base na moeda em que é denominada a obrigação, ao invés do país em que a obrigação se encontra. Quando não existe mercado de títulos corporativos de alta qualidade em dada moeda, taxas de títulos de dívida pública devem ser utilizadas. Esta alteração deverá ser aplicada para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2016, com aplicação antecipada permitida.

- IAS 34 Demonstração intermediária – Divulgação de informações “em outras partes das demonstrações financeiras intermediárias”: estabelece que as divulgações intermediárias necessárias devem ser incluídas ou nas demonstrações financeiras intermediárias ou incorporadas por referência entre as demonstrações financeiras intermediárias e onde quer que estejam incluídas dentro das informações intermediárias (por exemplo, no comentário da administração ou do relatório de risco). Esta alteração deverá ser aplicada retrospectivamente para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2016, com aplicação antecipada permitida.

A Companhia pretende adotar tais normas quando elas entrarem em vigor divulgando e reconhecendo os impactos nas informações intermediárias que possam ocorrer quando da aplicação de tais adoções.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso de o CPC e o CFC manterem atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pelo CFC até a data de sua aplicação obrigatória.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

6. Demonstrações financeiras consolidadas

Critérios de consolidação, definição de controladas e mudanças nas participações em controladas existentes

Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3.

O controle é obtido quando a Companhia está exposta, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. Assim, a Companhia considera que controla a investida se, e somente se, possuir todos os seguintes atributos: (a) poder sobre a investida; (b) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (c) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa.

As controladas foram consolidadas integralmente, com o respectivo cálculo da participação dos acionistas não controladores, incluindo as contas de ativo, passivo, receitas e despesas segundo a natureza de cada conta, complementada com as eliminações de: (a) saldos de investimentos e do patrimônio líquido; e (b) saldos de contas-correntes e outros saldos integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as Empresas do Grupo, inclusive caso existam lucros não realizados. O balanço patrimonial das controladas sediadas no exterior em moeda funcional diferente do real (em peso argentino, euro ou dólar norte-americano) foi convertido para reais com base nas taxas de câmbio nas datas dos balanços. A demonstração do resultado das controladas sediadas no exterior foi convertida para reais com base nas taxas de câmbio médias. As diferenças decorrentes da utilização de diferentes taxas de conversão são registradas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”, as quais serão reclassificadas para o resultado do exercício, quando e se aplicável, na data de alienação do investimento.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição ou até a data da alienação, conforme aplicável.

As demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas em reais, mesma moeda funcional da Companhia.

A Companhia revisa as práticas contábeis adotadas pelas controladas no exterior e, na eventualidade de diferenças com aquelas adotadas no Brasil, efetua ajustes no patrimônio líquido e no resultado do exercício das controladas antes de apurar o resultado e a equivalência patrimonial.

A consolidação abrange as informações contábeis da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

	Participação e poder de voto - %	
	2014	2013
Participação direta:		
CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias	100,00	100,00
Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda.	100,00	100,00
Alpargatas Imobiliária S.A.	100,00	100,00
Alpargatas Internacional APS – Dinamarca	100,00	100,00
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	98,35	95,00
Terras de Aventura Indústria de Artigos Esportivos S.A. – Osklen	60,00	-
Participação indireta (através da Alpargatas Internacional APS):		
Alpargatas Europe S.L.U. – Espanha	100,00	100,00
Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos	100,00	100,00
Alpargatas UK Limited - Reino Unido	100,00	100,00
Alpargatas France S.A.R.L. – França	100,00	100,00
Alpargatas Itália S.R.L. – Itália	100,00	100,00
Alpargatas Portugal Limited – Portugal	100,00	100,00
Alpargatas Germany GmbH – Alemanha	100,00	-
Participação indireta (através da Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda.):		
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	1,65	5,00
Dialog S.A.	10,00	-
Participação indireta (através da Alpargatas S.A.I.C. - Argentina):		
Dialog S.A.	90,00	-

- CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias: adquirida em novembro de 2007, dedica-se à fabricação e comercialização de sandálias de borracha.
- Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda.: adquirida em novembro de 1989, dedica-se à importação e exportação em geral, à compra, venda e locação de imóveis próprios e à participação em outras empresas, no país ou no exterior. Atualmente encontra-se sem operações.
- Alpargatas Imobiliária S.A.: constituída em janeiro de 2005, dedica-se à compra, venda e locação de imóveis próprios e à participação em outras empresas, no país ou no exterior.
- Alpargatas S.A.I.C. - Argentina: adquirida em outubro de 2007, porém com a transferência do controle para a Companhia em outubro de 2008, dedica-se à fabricação e comercialização de calçados e produtos têxteis, principalmente no mercado argentino.
- Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha, Alpargatas France S.A.R.L. - França, Alpargatas UK Limited - Reino Unido, Alpargatas Itália S.R.L. - Itália e Alpargatas Portugal Limited - Portugal: constituídas, respectivamente, em julho, agosto e setembro de 2008 e abril e maio de 2009, cuja atividade principal é a importação e comercialização de calçados no mercado europeu.

- Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos: constituída pela incorporação da Expasa Florida Inc. em dezembro de 2006. Sua atividade principal é a importação e comercialização de calçados no mercado norte-americano.

Mudanças nas participações em controladas existentes

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as mudanças nas participações da Companhia em controladas que não resultem em perda do controle sobre as controladas são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações da Companhia e de acionistas não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos acionistas controladores.

Quando a Companhia perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda na alienação é calculado pela diferença entre: (a) a soma do valor justo das considerações recebidas e do valor justo da participação residual; e (b) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada, e participações não controladoras, se houver. Quando os ativos da controlada são registrados aos valores justos e o correspondente ganho ou perda acumulado foi reconhecido na rubrica "Outros resultados abrangentes" e acumulado no patrimônio, os valores reconhecidos anteriormente em "Outros resultados abrangentes" e acumulados no patrimônio líquido são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos (ou seja, reclassificado para o resultado ou transferido diretamente para a rubrica "Lucros acumulados", conforme requerido pelas IFRSs aplicáveis). O valor justo de qualquer investimento detido na antiga controlada na data da perda de controle é considerado como o valor justo no reconhecimento inicial para contabilização subsequente, conforme o pronunciamento técnico CPC 38/IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, ou, quando aplicável, como o custo no reconhecimento inicial de um investimento de uma coligada ou controlada em conjunto.

7. Incentivos fiscais – Subvenção para investimentos

A Companhia e suas controladas gozam de subvenções concedidas pelos governos estaduais em que as principais fábricas estão localizadas, as quais expiram entre 2018 e 2020. A Companhia e suas controladas gozam também de subvenções federais através do lucro da exploração na Região Nordeste, que perduram até 2021.

O valor dessas subvenções para investimentos, incluindo os incentivos fiscais de imposto de renda registrados durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, é demonstrado como segue:

		Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Subvenção ICMS:					
Paraíba	(a)	122.624	132.204	122.624	132.204
Pernambuco	(b)	-	-	8.470	8.614
Minas Gerais	(c)	10.516	293	10.516	293
Incentivos de IRPJ:					
Região Nordeste	(d)	-	12.896	5.573	17.570
Total		133.140	145.393	147.183	158.681

- (a) Valores referentes à subvenção para investimentos no Estado da Paraíba, usufruída na forma de apuração de crédito presumido de ICMS, apurados pelas fábricas de Santa Rita, Campina Grande e João Pessoa. Os montantes envolvidos representam as parcelas não recolhidas de ICMS e, portanto, de destino comprometido conforme pactuado com o governo estadual. A Companhia está adimplente com o acordo estabelecido, que

consiste em ampliar as unidades fabris naquela região, incrementar a produção de pares de calçados e gerar empregos diretos nas fábricas paraibanas.

Adicionalmente, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, não existiam parcelas de incentivos a serem reconhecidas contabilmente, decorrentes de obrigações estabelecidas pelo programa de incentivo, a serem cumpridas pela Companhia. As parcelas do incentivo fiscal são registradas a crédito na rubrica “Impostos incidentes sobre as vendas” na demonstração do resultado.

- (b) Valores referentes à subvenção para investimentos no Estado de Pernambuco, usufruída na forma de apuração de crédito presumido de ICMS e, portanto, de destino comprometido conforme pactuado com o governo estadual pela controlada CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias. A controlada está adimplente com o acordo estabelecido, que consiste em manter uma quantidade mínima de empregos diretos na região e auferir receita bruta mensal de, pelo menos, R\$2.500.
- (c) Apuração de crédito presumido de ICMS pela fábrica de Montes Claros. Os montantes envolvidos representam as parcelas não recolhidas de ICMS e, portanto, de destino comprometido conforme pactuado com o governo estadual. A Companhia possui acordo estabelecido, que consiste na realização de investimentos, faturamento e geração de empregos diretos na fábrica mineira.
- (d) Registrados a crédito na rubrica “Imposto de renda e contribuição social - correntes” na demonstração do resultado (vide detalhes na nota explicativa nº 12.b)).

8. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Caixa e bancos	4.648	1.854	72.803	27.976
Aplicações financeiras:				
CDBs pós-fixados (i)	37.761	14.648	41.488	14.648
Operações compromissadas pós-fixadas (i)	151.492	73.944	196.190	91.127
Outros	-	-	24	-
Outros - Alpargatas S.A.I.C. - Argentina (ii)	-	-	6.105	931
Total	193.901	90.446	316.610	134.682

A Companhia possui uma Política de Aplicações Financeiras que estabelece que os investimentos financeiros podem ser realizados somente em instituições de primeira linha determinando um “rating” mínimo segundo classificação das agências Fitch, Standard & Poor’s e Moody’s. Qualquer proposta para efetuar investimentos financeiros em instituições financeiras com “rating” abaixo deste mínimo determinado pela Política dependerá da autorização do Conselho de Administração.

A Política da Companhia não estabelece critérios para a determinação da composição de “Caixa e equivalentes de caixa”. Entretanto, a classificação contábil utilizada pela Administração da Companhia e de suas controladas desses componentes é a descrita na nota explicativa nº 3.c).

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa pela Companhia e por suas controladas são como segue:

- (i) Em 31 de dezembro de 2014, os CDBs e operações compromissadas estavam distribuídos em diversas instituições financeiras com remuneração média de 101,43% do CDI (101,86% em 31 de dezembro de 2013). Em 31 de dezembro de 2014, os CDBs e os títulos relativos às operações compromissadas possuíam prazos de vencimento distribuídos entre janeiro de 2015 e janeiro de 2023 e são classificados como “Caixa e equivalentes de caixa”, por possuírem prazo de carência para resgate inferior a três meses e por serem considerados ativos financeiros com garantia de resgate sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.
- (ii) As aplicações financeiras mantidas pela controlada Alpargatas S.A.I.C. - Argentina em 31 de dezembro de 2014 estão representadas por títulos de renda fixa, com remuneração média anual de 17,61% (2,60% em 31 de dezembro de 2013).

b) Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2014, referem-se a CDBs e operações compromissadas pós-fixadas com remuneração média de 101,83% do CDI (102,88% em 31 de dezembro de 2013). As aplicações em CDB pré-fixados possuíam remuneração média fixa de 10,86% ao ano (10,39% em 31 de dezembro de 2013).

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
CDBs pré-fixados	119.767	141.466	119.767	141.466
CDBs pós-fixados	5.188	53.622	5.188	53.622
Operações compromissadas pós-fixados	19.550	440.379	44.057	484.630
Total	<u>144.505</u>	<u>635.467</u>	<u>169.012</u>	<u>679.718</u>

Essas aplicações financeiras estão sendo classificadas no ativo circulante por possuírem prazo para resgate não superior a 360 dias, contados da data da aplicação, porém fora do grupo “Caixa e equivalentes de caixa” por possuírem carência para resgate superior a três meses e haver risco de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

9. Contas a receber de clientes

a) Compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Mercado interno	689.505	651.118	764.020	676.253
Mercado externo	41.948	42.444	185.808	154.551
Partes relacionadas (nota explicativa nº 21.b))	53.571	31.348	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(22.839)	(19.281)	(34.871)	(29.250)
Total	<u>762.185</u>	<u>705.629</u>	<u>914.957</u>	<u>801.554</u>

As contas a receber de clientes são classificadas como empréstimos e recebíveis mensurados ao custo amortizado. Seu valor contábil líquido é próximo ao seu valor justo, conforme razões descritas na nota explicativa nº 3.d) de principais práticas contábeis. As contas a receber no mercado externo estão denominadas em dólar norte americano, euro e peso argentino.

b) Contas a receber de clientes por idade de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
A vencer	713.394	670.159	835.474	746.374
Vencidas:				
Até 30 dias	24.217	17.523	37.962	30.266
De 31 a 90 dias	10.503	3.798	16.267	7.874
Mais de 91 dias	36.910	33.430	60.125	46.290
Total	<u>785.024</u>	<u>724.910</u>	<u>949.828</u>	<u>830.804</u>

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora	Consolidado
SalDOS em 31 de dezembro de 2013	(19.281)	(29.250)
Adições	(4.927)	(8.710)
Reversões	-	-
Saldo inicial aquisição de controlada	-	(425)
Baixas	1.369	3.514
SalDOS em 31 de dezembro de 2014	<u>(22.839)</u>	<u>(34.871)</u>

A composição por idade de vencimento das contas a receber de clientes incluídas na provisão de créditos para liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Até 30 dias	-	(76)	(238)	(280)
De 31 a 90 dias	(62)	(333)	(364)	(746)
Mais de 91 dias	(22.777)	(18.872)	(34.269)	(28.224)
Total	<u>(22.839)</u>	<u>(19.281)</u>	<u>(34.871)</u>	<u>(29.250)</u>

Adições e reversões da provisão para créditos de liquidação duvidosa são registradas na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado.

A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento conforme demonstrado no quadro de contas a receber de clientes por idade de vencimento. Não foi constituída provisão para perda de clientes com duplicatas em atraso e cujas dívidas já foram renegociadas e para os quais a Companhia e suas controladas possuem como garantias cartas de crédito e imóveis. Para os demais títulos em atraso, e que o Grupo não mantém nenhuma outra garantia, foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa.

10. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Produtos acabados	170.022	134.299	367.028	276.521
Produtos em processo	23.803	17.478	41.386	32.384
Matérias-primas	68.597	56.821	123.031	95.942
Importações em andamento	40.284	50.662	40.284	50.662
Outros	12.841	10.542	43.645	24.952
Provisão para perdas dos estoques	(11.492)	(4.568)	(20.141)	(12.933)
Total	<u>304.055</u>	<u>265.234</u>	<u>595.233</u>	<u>467.528</u>

A movimentação da provisão para perdas nos estoques é como segue:

	Controladora	Consolidado
SalDOS em 31 de dezembro de 2013	(4.568)	(12.933)
Adições	(42.908)	(43.941)
Reversões	-	880
Saldo inicial aquisição de controlada	-	(2.260)
Baixas/Variação cambial	35.984	38.113
SalDOS em 31 de dezembro de 2014	<u>(11.492)</u>	<u>(20.141)</u>

11. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Antecipações de imposto de renda e contribuição social	11.211	5.110	22.215	5.114
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	8.802	804	13.822	4.190
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	762	1.291	2.833	1.765
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	429	81	429	81
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a compensar	6.731	10.526	6.755	11.267
Reintegração de impostos - Brasil Maior	14.906	12.558	16.446	13.970
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA - Alpargatas Europa	-	-	5.123	1.646
Antecipações de imposto de renda - Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	-	-	14.605	28.076
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA - Argentina	-	-	891	2.166
Outros	2.241	7.602	13.686	10.686
Total	45.082	37.972	96.805	78.961
Parcela do circulante	38.780	37.146	68.340	58.184
Parcela do não circulante	6.302	826	28.465	20.777

12. Imposto de renda e contribuição social

a) Diferidos

		Controladora e Consolidado	
		2014	2013
Ativo:			
Controladora:			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		7.765	6.556
Provisão para perda nos estoques		3.042	1.553
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		7.004	7.239
Provisão para tributos com exigibilidade suspensa		37.393	31.878
Ajuste de reconhecimento de receita de vendas		2.458	2.820
Operações com instrumentos financeiros derivativos		(1.444)	906
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL		2.259	-
Outras diferenças temporárias		8.092	5.827
Total – controladora		<u>66.569</u>	<u>56.779</u>
Controladas:			
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina			
- Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		6.273	6.620
- Imposto diferido sobre prejuízos fiscais	(iii)	13.059	23.075
- Provisão para créditos de liquidação duvidosa		1.263	1.157
- Provisão para perda nos estoques		2.583	2.315
- Outras diferenças temporárias		5.139	6.497
		<u>28.317</u>	<u>39.664</u>
Alpargatas Europe S.L.U. – Espanha:			
- Prejuízos fiscais	(i)	3.756	10.050
CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias:			
- Diferenças temporárias		1.852	1.863
		<u>1.852</u>	<u>1.863</u>
Impostos diferidos sobre lucros não realizados		3.318	2.332
Total – consolidado		<u>103.812</u>	<u>110.688</u>
Passivo:			
Controladora:			
Ágio na aquisição de controladas amortizado fiscalmente	(ii)	9.784	8.952
Provisão IR/CSLL sobre diferença vida útil do imobilizado (depreciação)		17.669	11.857
Operações com instrumentos financeiros derivativos		594	4.599
Total controladora		<u>28.047</u>	<u>25.408</u>
Controladas:			
Alpargatas S.A.I.C. – Argentina:			
- Ajuste a valor presente sobre obrigações renegociadas e diferença fiscal na valorização de bens do ativo imobilizado		22.556	27.280
Terras de Aventura Indústria de Artigos Esportivos S.A. - Osklen	(iv)	86.222	-
Total – consolidado		<u>136.825</u>	<u>52.688</u>
Controladora – Ativo não circulante		38.522	31.371
Consolidado – Ativo não circulante		53.209	58.000
Consolidado – Passivo não circulante		(86.222)	-

(i) *Alpargatas Europe S.L.U. – Espanha – Impostos diferidos sobre prejuízos fiscais*

Para o encerramento das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Administração, com base em estudo de viabilidade técnica aprovado pelo Conselho de Administração, decidiu pela constituição de crédito tributário diferido de imposto de renda sobre prejuízos fiscais incorridos pela controlada Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha. Com base nas projeções de lucros tributáveis futuros da controlada, a partir de 2011, a Administração, observando os requerimentos do pronunciamento técnico CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro, decidiu pela constituição do crédito tributário diferido, o qual possui previsão de realização até 2018. De acordo com a legislação fiscal espanhola os prejuízos fiscais possuem prazo máximo de prescrição de 18 anos a partir da data de sua geração.

(ii) *Ágio na aquisição de controladas amortizado fiscalmente*

Devido à revogação da prática contábil de amortização de ágio gerado na aquisição de controladas, conforme as alterações nas práticas contábeis adotadas no Brasil promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, a partir de 1º de janeiro de 2009 a Companhia passou a aproveitar o benefício fiscal do ágio gerado na aquisição da controlada CBS S.A. – Companhia Brasileira de Sandálias, após incorporação da ex-controlada Atlântico Participações S.A., através do Regime Tributário de Transição - RTT, cujo efeito estava sendo anteriormente compensado à razão de 1/60 avos mensais, com valor de amortização mensal de R\$400, o qual vem gerando um impacto tributário de R\$136 ao mês. Para isso, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, a diferença entre a base para aproveitamento fiscal e amortização contábil está sendo considerada como uma diferença temporária para fins de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidos.

(iii) *Alpargatas S.A.I.C. – Argentina – Impostos diferidos sobre prejuízos fiscais*

A controlada na Argentina constitui créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais que podem ser compensados em qualquer um dos dez exercícios fiscais subsequentes a constituição dos créditos, conforme legislação daquele país. A Administração da subsidiária realizou uma análise de recuperação, considerando o lucro tributário para os próximos anos, com base nos orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração da controlada, e concluiu que as projeções de resultados tributáveis são suficientes para a realização dos saldos desses créditos.

(iv) *Terras de Aventura Indústria de Artigos Esportivos S.A. – Osklen – Impostos diferidos sobre valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinação de negócios*

Refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos passivos apurados sobre o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos quando da aquisição do controle da Osklen. A reversão do passivo ocorre à medida que os intangíveis com vida-útil definida adquiridos são amortizados.

Os créditos tributários diferidos no consolidado possuem os seguintes prazos estimados de realização:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
2014	-	21.377
2015	28.167	18.506
2016	11.855	15.064
2017	8.169	18.882
2018 em diante	55.621	36.859
Total – consolidado	<u>103.812</u>	<u>110.688</u>

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía créditos tributários não constituídos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, gerados por suas controladas no exterior, que, devido à ausência de projeções de lucros tributáveis para os próximos exercícios, não foram registrados pelas respectivas controladas no exterior.

Os valores dos créditos tributários, calculados às alíquotas vigentes nos respectivos países onde se situam as controladas, são demonstrados conforme a seguir:

Diferenças temporárias totais	117
Prejuízos fiscais:	
Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos	69.458
Total	<u>69.575</u>

Os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais gerados por tais controladas não possuem prazo para serem compensados (data de expiração).

A movimentação dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é demonstrada a seguir:

	2013	(Debitado) creditado à demonstração do resultado	Variação cambial, encargos e outros movimentos	2014
Ativo:				
Controladora:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.556	1.209	-	7.765
Provisão para perdas nos estoques	1.553	1.489	-	3.042
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	7.239	(235)	-	7.004
Provisão para tributos com exigibilidade suspensa	31.878	5.515	-	37.393
Ajuste de reconhecimento de receita de vendas	2.820	(362)	-	2.458
Operações com instrumentos financeiros derivativos	906	-	(2.350)	(1.444)
Prejuízos Fiscais e Base Negativa de CSLL	-	2.259	-	2.259
Outras diferenças temporárias	5.827	2.265	-	8.092
Total – controladora	<u>56.779</u>	<u>12.140</u>	<u>(2.350)</u>	<u>66.569</u>
Controladas:				
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina:				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	6.620	394	(741)	6.273
Imposto diferido sobre prejuízos fiscais	23.075	(6.692)	(3.324)	13.059
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.157	221	(115)	1.263
Provisão para perda nos estoques	2.315	494	(226)	2.583
Outras diferenças temporárias	6.497	(860)	(498)	5.139
	<u>39.664</u>	<u>(6.443)</u>	<u>(4.904)</u>	<u>28.317</u>
Alpargatas Europe S.L.U. – Espanha	<u>10.050</u>	<u>(6.116)</u>	<u>(178)</u>	<u>3.756</u>
CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias:				
Diferenças temporárias	<u>1.863</u>	<u>(11)</u>	<u>-</u>	<u>1.852</u>
	<u>1.863</u>	<u>(11)</u>	<u>-</u>	<u>1.852</u>
Impostos diferidos sobre lucros não realizados	<u>2.332</u>	<u>986</u>	<u>-</u>	<u>3.318</u>
Total – consolidado	<u>110.688</u>	<u>556</u>	<u>(7.432)</u>	<u>103.812</u>

Passivo:

Controladora:

Ágio na aquisição de controladas amortizado fiscalmente	8.952	832	-	9.784
Provisão IR/CSLL sobre diferença vida útil do imobilizado (depreciação)	11.857	5.812	-	17.669
Operações com instrumentos financeiros derivativos	4.599	(4.005)	-	594
Total – controladora	<u>25.408</u>	<u>2.639</u>	<u>-</u>	<u>28.047</u>

Controladas:

Alpargatas S.A.I.C. – Argentina:

Ajuste a valor presente sobre obrigações negociadas e diferença fiscal na valorização de bens do ativo imobilizado	27.280	(1.453)	(3.271)	22.556
Terras de Aventura Indústria de Artigos Esportivos S.A. - Osklen	-	-	86.222	86.222
Total – consolidado	<u>52.688</u>	<u>1.186</u>	<u>82.951</u>	<u>136.825</u>

Total líquido – controladora

9.501

Total líquido – consolidado

(630)

	<u>2012</u>	<u>(Debitado) creditado à demonstração do resultado</u>	<u>Variação cambial, encargos e outros movimentos</u>	<u>2013</u>
Ativo:				
Controladora:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.571	(15)	-	6.556
Provisão para perdas nos estoques	3.079	(1.526)	-	1.553
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	7.712	(473)	-	7.239
Provisão para tributos com exigibilidade suspensa	26.647	5.231	-	31.878
Operações com instrumentos financeiros derivativos	-	906	-	906
Ajuste de reconhecimento de receita de vendas	2.240	580	-	2.820
Outras diferenças temporárias	3.664	2.163	-	5.827
Total – controladora	<u>49.913</u>	<u>6.866</u>	<u>-</u>	<u>56.779</u>
Controladas:				
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina:				
Provisão para “fidecomiso”	6.926	(6.603)	(323)	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	6.617	992	(989)	6.620
Imposto diferido sobre prejuízos fiscais	13.943	12.110	(2.978)	23.075
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.713	(354)	(202)	1.157
Provisão para perda nos estoques	1.644	982	(311)	2.315
Outras diferenças temporárias	6.106	2.176	(1.785)	6.497
	<u>36.949</u>	<u>9.303</u>	<u>(6.588)</u>	<u>39.664</u>
Alpargatas Europe S.L.U. – Espanha	<u>10.681</u>	<u>(2.467)</u>	<u>1.836</u>	<u>10.050</u>
CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias:				
Diferenças temporárias	1.308	555	-	1.863
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	1.371	(1.371)	-	-
	<u>2.679</u>	<u>(816)</u>	<u>-</u>	<u>1.863</u>
Impostos diferidos sobre lucros não realizados	<u>2.790</u>	<u>(458)</u>	<u>-</u>	<u>2.332</u>
Total – consolidado	<u>103.012</u>	<u>12.428</u>	<u>(4.752)</u>	<u>110.688</u>

Passivo:

Controladora:

Ágio na aquisição de controladas amortizado fiscalmente	7.321	1.631	-	8.952
Provisão IR/CSLL sobre diferença vida útil do imobilizado (depreciação)	7.237	4.620	-	11.857
Provisão CSLL – 25% sobre a depreciação	2.467	(2.467)	-	-
Operações com instrumentos financeiros derivativos	-	5.505	(906)	4.599
Total – controladora	<u>17.025</u>	<u>9.289</u>	<u>(906)</u>	<u>25.408</u>

Controladas:

Alpargatas S.A.I.C. – Argentina:

Ajuste a valor presente sobre obrigações negociadas e diferença fiscal na valorização de bens do ativo imobilizado	33.240	(1.579)	(4.381)	27.280
Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos	193	-	(193)	-
Total – consolidado	<u>50.458</u>	<u>7.710</u>	<u>(5.480)</u>	<u>52.688</u>

Total líquido – controladora

(2.423)

Total líquido – consolidado

4.718

b) Correntes

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	270.738	344.249	302.365	347.416
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal vigente"	(92.051)	(117.045)	(102.804)	(118.121)
Resultado de equivalência patrimonial	43.033	(7.271)	(6.634)	(9.210)
Benefício dos juros sobre o capital próprio	28.662	28.934	28.662	28.934
Efeitos tributários da adoção do RTT:				
Subvenção para investimento – ICMS	45.332	45.145	48.212	48.073
Outorgas de opções de compra de ações	(1.072)	(880)	(1.072)	(880)
Subvenção fiscal federal - IRPJ (nota explicativa nº 7)	-	12.896	5.573	17.570
Benefício da Lei do Bem (Lei nº 11.196/05)	1.592	1.973	1.592	1.973
Efeito de tributação de controlada, por regime fiscal diferenciado	-	-	10.312	(1.853)
Ajuste aquisição da Osklen	(2.407)	-	(2.407)	-
Desinvestimento Tavex	(8.417)	-	(8.417)	-
Outras exclusões (adições) permanentes, líquidas	(5.259)	2.010	11.146	(4.139)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>9.413</u>	<u>(34.238)</u>	<u>(15.837)</u>	<u>(37.653)</u>
Correntes	(88)	(31.815)	(15.207)	(42.371)
Diferidos	9.501	(2.423)	(630)	4.718
Alíquota efetiva	(3)%	10%	5%	11%

13. Depósitos judiciais

Representam ativos restritos da Companhia e de suas controladas e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os saldos são representados basicamente por depósitos judiciais relativos a ações trabalhistas e processos tributários. Tais depósitos, que não envolvem obrigações correntes, foram necessários para dar andamento aos processos. Na opinião da Administração e de seus assessores jurídicos, a probabilidade de perda não é considerada como provável e, portanto, não foi constituída provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

Estão representados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Processos tributários	6.570	6.571	8.343	6.681
Processos cíveis	-	-	56	43
Reclamações trabalhistas	7.443	5.904	6.685	6.141
	<u>14.013</u>	<u>12.475</u>	<u>15.084</u>	<u>12.865</u>

14. Investimentos

Estão representados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Investimentos	519.989	253.850	-	74.651
Ágio	323.887	258.382	-	108.252
	<u>843.876</u>	<u>512.232</u>	<u>-</u>	<u>182.903</u>

	Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda.	Alpargatas Internacional APS - Dinamarca	Alpargatas Imobiliária S.A.	Controladas CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias	Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	Terras de Avent. Ind. de Art. Esportivos S.A. - Osklen	Total
<u>Informações em 31 de dezembro de 2014</u>							
Número de ações ou cotas possuídas	5.978.751	57.734.570	7.103.879	750.645	507.021.800	50.914.603	
Total do ativo	291	136.884	18.273	92.698	322.022	163.464	
Total do ativo não circulante	3.798	33.236	6.957	23.038	108.845	286.128	
Total do passivo	2	146.781	-	10.577	155.602	104.074	
Total do passivo não circulante	-	793	-	927	55.902	87.571	
Capital social	5.979	186.948	10.296	20.848	163.524	76.292	
Participação não controladores	-	-	-	-	181	103.178	
Patrimônio líquido	4.087	22.546	25.230	104.232	219.182	154.769	
Lucro não realizado nos estoques		(6.335)		(26)	(81)		
		16.211		104.206	219.101		
Receita líquida do exercício	-	293.734	90	161.374	644.395	77.607	
Lucro líquido do exercício	107	28.973	31.086	39.329	13.133	15.942	
Participação - %	100,00	100,00	100,00	100,00	98,35(*)	60,00	
Valor contábil dos investimentos:							
Saldo em 31 de dezembro de 2013	5.610	(726)	10.614	81.876	98.071	58.405	253.850
Aumento de capital	-	-	1.530	-	78.660	-	80.190
Aquisição	-	-	-	-	-	159.073	159.073
Reclassificação de ágio	-	-	-	-	-	(65.505)	(65.505)
Ajuste remensuração 1ª aquisição	-	-	-	-	-	(4.521)	(4.521)
Distribuição de dividendos	-	-	(18.000)	(17.000)	-	-	(35.000)
Realizações de outros resultados abrangentes por baixa de investimento	-	(9.622)	-	-	-	-	(9.622)
Resultado de equivalência patrimonial	107	35.931	31.086	39.330	12.796	7.317	126.567
Variação cambial dos investimentos	(1.630)	(9.372)	-	-	25.959	-	14.957
Saldo em 31 de dezembro de 2014	4.087	16.211	25.230	104.206	215.486	154.769	519.989

(*) Os outros 1,65% de participação da Alpargatas S.A.I.C. - Argentina são detidos pela controlada Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda e totalizam R\$3.615 em 31 de dezembro de 2014.

	Controladas						Empreendimento controlado em conjunto	Total
	Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda.	Alpargatas Internacional APS - Dinamarca	Alpargatas Imobiliária S.A.	CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias	Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	Total de Controladas	Terras de Avent. Ind. de Art. Esportivos S.A. - Osklen	
<u>Informações em 31 de dezembro de 2013</u>								
Número de ações ou cotas possuídas	5.978.751	57.734.570	5.585.855	750.645	66.616.002		25.457.301	
Total do ativo	288	71.109	7.614	101.333	282.482		135.024	
Total do ativo não circulante	5.322	49.035	3.000	21.195	130.598		237.604	
Total do passivo	-	111.963	-	39.763	238.743		81.837	
Total do passivo não circulante	-	4.359	-	861	70.992		96.111	
Capital social	5.979	186.919	8.766	20.848	25.202		84.858	
Participação não controladores	-	-	-	-	164		-	
Patrimônio líquido	5.610	3.822	10.614	81.904	103.181		194.680	
Lucro não realizado nos estoques		(4.548)		(28)	49			
		(726)		81.876	103.230			
Receita líquida do exercício	-	214.023	90	148.987	603.863		178.644	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(850)	(28.454)	900	32.885	(29.228)		4.221	
Participação - %	100,00	100,00	100,00	100,00	95,00(*)		30,00	
Valor contábil dos investimentos:								
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.351	(21.091)	18.714	66.849	141.992	208.815	-	208.815
Aumento de capital	4.822	39.083	-	-	-	43.905	-	43.905
Aquisição	-	-	-	-	4.704	4.704	13.613	18.317
Venda de ações	-	-	-	-	(6.336)	(6.336)	-	(6.336)
Deságio	(488)	-	-	-	-	(488)	-	(488)
Distribuição de dividendos	-	-	(9.000)	(17.952)	-	(26.952)	-	(26.952)
Alocação do ágio	-	-	-	-	-	-	43.525	43.525
Resultado de equivalência patrimonial	(850)	(27.707)	900	32.979	(27.974)	(22.652)	1.267	(21.385)
Variação cambial dos investimentos	(225)	8.989	-	-	(14.315)	(5.551)	-	(5.551)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	5.610	(726)	10.614	81.876	98.071	195.445	58.405	253.850

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 o ágio em controladas é composto como segue:

	Controladas				Terras de Avent. Ind. de Art. Esportivos S.A. - Osklen	Total
	CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias	Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	Terras de Avent. Ind. de Art. Esportivos S.A. - Osklen	Total de controladas		
Saldo em 31 de dezembro de 2013	53.862	96.268	-	150.130	108.252	258.382
Saldo em 31 de dezembro de 2014	53.862	96.268	173.757	323.887	-	323.887

Investimentos indiretos através da empresa “holding” Alpargatas Internacional APS

Informações em 31 de dezembro de 2014	Controladas Indiretas							Coligada	Total
	Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha	Alpargatas France S.A.R.L. - França	Alpargatas UK Limited - Reino Unido	Alpargatas Itália S.R.L. - Itália	Alpargatas Portugal Limited - Portugal	Alpargatas Germany GmbH – Alemanha	Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos	Grupo Tavex S.A. (*)	
Número de ações ou cotas possuídas	100.000	5.000	1	1	2	25.000	10		
Total do ativo circulante	52.420	2.271	4.296	1.541	729	242	32.729		
Total do ativo não circulante	6.828	4.255	706	2.165	1.607	36	12.284		
Total do passivo circulante	45.550	6.167	2.166	2.980	1.594	177	88.096		
Total do passivo não circulante	576	-	-	-	-	-	217		
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	13.122	359	2.836	726	742	101	(43.300)		
Receita líquida do exercício	190.679	8.353	10.866	8.252	5.393	520	69.671		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	26.737	515	767	353	(7)	20	(482)		
Participação indireta - %	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00		
Valor contábil dos investimentos:									
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(13.870)	(152)	1.941	376	748	-	(37.914)	16.249	(32.622)
Aquisição	-	-	-	-	-	75	-	-	75
Baixa de investimento	-	-	-	-	-	-	-	5.405	5.405
Resultado da equivalência patrimonial	26.737	515	767	353	(7)	20	(482)	(17.265)	10.638
Variação cambial dos investimentos	255	(4)	128	(3)	1	6	(4.904)	(4.389)	(8.910)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	13.122	359	2.836	726	742	101	(43.300)	-	(25.414)

(*) Através da controlada indireta A.Y.U.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A.

	Controladas Indiretas						Coligada	Total
	Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha	Alpargatas France S.A.R.L. - França	Alpargatas UK Limited - Reino Unido	Alpargatas Itália S.R.L. - Itália	Alpargatas Portugal Limited - Portugal	Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos	Total controladas indiretas	
Informações em 31 de dezembro de 2013								
Número de ações ou cotas possuídas	100.000	5.000	1	1	2	10	21.683.180	
Total do ativo circulante	41.476	2.123	3.007	1.494	948	21.443	735.391	
Total do ativo não circulante	12.965	2.398	966	1.420	1.747	6.144	732.832	
Total do passivo circulante	35.407	4.673	2.032	2.538	1.947	65.310	1.031.200	
Total do passivo não circulante	32.904	-	-	-	-	191	350.069	
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(13.870)	(152)	1.941	376	748	(37.914)	86.954	
Receita líquida do exercício	131.112	7.093	10.519	6.974	4.539	53.786	1.095.108	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	10.510	152	1.480	217	389	(6.365)	(151.728)	
Participação indireta - %	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	18,687	
Valor contábil dos investimentos:								
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(24.189)	(255)	348	132	299	(60.178)	(83.843)	(50.474)
Aumento de capital	-	-	-	-	-	38.267	38.267	38.267
Resultado da equivalência patrimonial	10.510	152	1.480	217	389	(6.365)	6.383	(21.970)
Variação cambial dos investimentos	(191)	(49)	113	27	60	(9.638)	(9.678)	1.555
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(13.870)	(152)	1.941	376	748	(37.914)	(48.871)	(32.622)

Informações adicionais sobre controladas

Fibrasil Agrícola Comercial Ltda.

Em 10 de abril de 2013, a Companhia assinou um contrato de compra e venda de ações, onde foram vendidas para a controlada Fibrasil Agrícola Comercial Ltda., 1.024.936 da Alpargatas S.A.I.C. – Argentina, pelo valor total de R\$2.000. A contraprestação paga nesta aquisição foi desdobrada contabilmente nos montantes de R\$1.857 de custo de aquisição e R\$143 de ágio, respectivamente.

Na mesma data, também foi aprovado o aumento de capital da Fibrasil Agrícola Comercial Ltda., no valor de R\$4.822 com a utilização de 2.478.170 ações ordinárias da Alpargatas S.A.I.C. – Argentina.

O capital total da Fibrasil Agrícola Comercial Ltda. passou de R\$1.157 para R\$5.979, composto por 5.978.752 quotas no valor nominal de R\$1,00 cada uma.

Alpargatas S.A.I.C. (“Alpargatas Argentina”)

Em 19 de março de 2013, a Companhia divulgou fato relevante informando que foi aprovada, pela *Comisión Nacional de Valores* - CNV da Argentina, a Declaração de Aquisição e Implementação de Oferta de Participações Residuais da totalidade das ações ordinárias e preferenciais da Alpargatas S.A.I.C. – Argentina que estavam em circulação, a um preço de AR\$8,14 por ação. Dessa forma, a Companhia passou a deter 100% do capital social da Alpargatas S.A.I.C. – Argentina. A contraprestação paga nesta aquisição foi desdobrada contabilmente nos montantes de R\$4.704 de custo de aquisição e R\$3.392 de ágio.

Em 11 de abril de 2013, a Alpargatas Argentina retirou-se da Bolsa de Valores de Buenos Aires, passando a ser uma empresa de capital fechado, controlada integralmente pela Alpargatas S.A.

Grupo Tavex S.A. (Ativo mantido para venda)

A Companhia possui uma participação indireta de 18,687% no capital social da Tavex S.A. e por manter influências nas decisões da coligada por meio de 1 voto no Conselho de Administração da Tavex na Espanha, referido investimento foi mensurado pelo método de equivalência patrimonial até 30 de novembro de 2014.

Em 26 de setembro de 2014, a Companhia e sua controladora Camargo Correa S.A., também controladora da Tavex S.A., acordaram transferir suas participações na Tavex para a A.Y.U.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A., uma sociedade holding. Na mesma data foi anunciada uma Oferta Pública de Ações (“OPA”) da Tavex S.A. para fechar seu capital nas Bolsas de Madri, Bilbao e Valencia. Em 30 de outubro de 2014, foi concluída a transferência da totalidade da participação para A.Y.U.S.P.E de 37,74% do capital social.

Em dezembro de 2014, a Administração reclassificou os investimentos na Tavex S.A. para Ativo mantido para venda, remensurando-o ao valor justo com os seguintes impactos contábeis:

Valor justo do ativo a venda	15.572
Baixa do passivo a descoberto "Tavex" (participação indireta através A.Y.U.S.P.E.)	5.634
Variação cambial	168
Ganho de ajuste ao valor justo	<u>21.374</u>
 Baixa de "Outros resultados abrangentes" - patrimônio líquido	 (15.135)
Impacto em outras receitas operacionais	<u>6.239</u>

O valor justo de R\$15.572 representa a quantidade de ações detidas pela Companhia na Tavex S.A. valorizadas pelo valor da ação pago na OPA. Não foram estimados custos relevantes a serem incorridos na alienação tendo em vista que o comprador já havia sido identificado como sendo a própria controladora da Companhia; a Camargo Correa S.A..

Em fevereiro de 2015 foi finalizada a Oferta Pública de Ações de Fechamento de Capital do Grupo Tavex e, em 20 de fevereiro de 2015, o Conselho de Administração da Alpargatas aprovou, levando em consideração a recomendação da Diretoria em 8 de dezembro de 2014, a venda para a Camargo Correa S.A. da totalidade de sua participação na A.Y.U.S.P.E. pelo valor R\$15.572 com vencimento até 20 de agosto de 2015.

Com a concretização desta operação, a Companhia conclui seu integral desinvestimento na Tavex.

Terras de Aventura Indústria de Artigos Esportivos S.A.

Em 4 de março de 2013, a Companhia adquiriu 30% do capital de Terras de Aventura Indústria de Artigos Esportivos S.A. ("Osklen"), representando a decisão da Alpargatas de entrar no segmento de moda através de uma marca *premium* e com os mesmos valores da Alpargatas, como inovação, modernidade e interação com seu público. A Osklen é uma rede varejista de moda *premium* sediada no Estado do Rio de Janeiro com 65 lojas no Brasil e 6 no exterior.

O valor total desta aquisição foi o resultado equivalente ao percentual adquirido (30%), multiplicado por 13 vezes o EBITDA efetivo da "Osklen" no período compreendido entre 1º de março de 2013 e 28 de fevereiro de 2014, descontada a dívida líquida.

O pagamento foi efetuado em duas parcelas, tendo a primeira sido paga em 4 de março de 2013 no valor de R\$ 67.500, data do fechamento do negócio, e a segunda, corresponde a diferença entre o valor de aquisição e a primeira parcela, no valor de R\$ 91.573, em 1º de agosto de 2014.

Em 30 de setembro de 2014, a Companhia exerceu opção de compra para aquisição de 30% adicionais do capital da Osklen pelo mesmo valor do preço de aquisição da compra anterior de R\$ 159.073.

Em 28 de novembro de 2014, a Companhia concluiu o processo de aquisição dos 30% adicionais do capital da Osklen. Nesta data, as ações foram transferidas e o pagamento do preço de aquisição de R\$ 159.073 foi efetuado. A Alpargatas passou a deter o controle da Osklen com uma participação de 60% de seu capital total votante

Na combinação de negócios foi utilizado o método da aquisição e a Administração utilizou o balanço patrimonial da Osklen levantado em 30 de novembro de 2014 e optou por mensurar a participação de não controladores na adquirida pela sua participação proporcional atual, conferida pelos seus instrumentos patrimoniais nos montantes reconhecidos dos ativos líquidos e identificáveis da Osklen.

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Osklen na data da aquisição está demonstrado a seguir:

	Balanço aquisição ao valor contábil em 30/11/2014	Ajustes a valor justo	Balanço aquisição ao valor justo em 30/11/2014
Ativo			
Circulante			
Caixa e aplicações financeiras	16.293	-	16.293
Contas a receber	36.737	(744)	35.993
Estoques	44.887	41.329	86.216
Impostos a Recuperar	16.867	-	16.867
Despesas Antecipadas	1.545	-	1.545
Outros Créditos	8.314	-	8.314
	<u>124.643</u>	<u>40.585</u>	<u>165.228</u>
Não circulante			
Depósitos Judiciais	686	-	686
IR e CS	1.138	-	1.138
Outros Créditos LP	1.644	-	1.644
Investimentos	2.319	-	2.319
Imobilizado	37.564	950	38.514
Intangível			
Cessão de direitos	20.200	53.838	74.038
Marca	-	142.889	142.889
Relacionamento cliente multimarca	-	3.699	3.699
Relacionamento cliente monomarca	-	2.296	2.296
Acordo de não competição	-	19.964	19.964
	<u>63.551</u>	<u>223.636</u>	<u>287.187</u>
Total do ativo	<u><u>188.194</u></u>	<u><u>264.221</u></u>	<u><u>452.415</u></u>
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	47.948	-	47.948
Fornecedores	21.136	-	21.136
Impostos e contribuições a recolher	19.042	-	19.042
Salários e encargos sociais	4.581	-	4.581
Demais contas a pagar	7.642	(657)	6.985
Provisões e Outras Obrigações	11.488	-	11.488
	<u>111.837</u>	<u>(657)</u>	<u>111.180</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	-	-	-
IR/CS diferidos passivos sobre avaliação a valor justo	-	90.059	90.059
	<u>-</u>	<u>90.059</u>	<u>90.059</u>
Total do passivo	<u><u>111.837</u></u>	<u><u>89.402</u></u>	<u><u>201.239</u></u>
Patrimônio líquido			
Capital	76.292	-	76.292
Prejuízos acumulados	65	-	65
Ajustes avaliação patrimonial	-	174.819	174.819
	<u>76.357</u>	<u>174.819</u>	<u>251.176</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u><u>188.194</u></u>	<u><u>264.221</u></u>	<u><u>452.415</u></u>

Patrimônio da Osklen avaliado a valor justo na data de aquisição	251.176
Participação (40%) dos acionistas não controladores, mensurada a valor justo	(100.470)
Participação (60%) da Companhia no patrimônio, mensurada a valor justo	<u>150.706</u>
Contraprestação transferida em 28/11/2014	159.073
Valor justo na data de aquisição da participação societária da Companhia imediatamente antes da data de aquisição	169.911
Perda em decorrência da remensuração do valor justo da participação anterior (i)	<u>4.521</u>
	<u>324.463</u>
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	<u>173.757</u>

(i) Registrada em outras despesas operacionais (vide nota 32)

O ágio pago de R\$173.757 compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da aquisição. Não há expectativa que o ágio gere benefícios fiscais futuros.

Não se esperam perdas adicionais por não realização dos recebíveis adquiridos.

A Companhia encontra-se em processo de levantamento e mensuração de valor justo de passivos contingentes da Osklen em 31 de dezembro de 2014. A Administração não espera impacto nos valores da combinação de negócio já registrados devido ao fato de que houve retenção de parte da contraprestação transferida a título de Conta Garantia.

Desde a data de obtenção de controle, a Osklen contribuiu para o Grupo Alpargatas com receitas de R\$77.607 e lucro antes dos impostos de R\$15.808. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício as receitas do Grupo Alpargatas totalizariam R\$3.851.302 e o lucro das operações seria de R\$272.656.

As principais informações da Osklen em 31 de dezembro de 2014 eram:

	R\$
Ativo corrente	<u>170.011</u>
Ativo não corrente	287.266
Passivo corrente	110.622
Passivo não corrente	88.710
Total dos resultados abrangentes	169.581

15. Imobilizado e intangível

a) Imobilizado

	Taxa média ponderada anual de depreciação (%)	Controladora					
		2014			2013		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	-	9.510	-	9.510	9.650	-	9.650
Edifícios e construções	4	280.649	(66.080)	214.569	253.653	(65.276)	188.377
Máquinas e equipamentos	8	357.250	(145.677)	211.573	295.798	(135.114)	160.684
Móveis e utensílios	10	40.926	(17.404)	23.522	36.595	(15.182)	21.413
Veículos	15	6.846	(2.545)	4.301	6.833	(2.163)	4.670
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	28.778	(15.547)	13.231	29.296	(12.926)	16.370
Projetos em andamento	-	65.877	-	65.877	101.291	-	101.291
Outros imobilizados	-	680	-	680	680	-	680
Provisão para perdas ("impairment")	-	(330)	-	(330)	(600)	-	(600)
Total		<u>790.186</u>	<u>(247.253)</u>	<u>542.933</u>	<u>733.196</u>	<u>(230.661)</u>	<u>502.535</u>

	Taxa média ponderada anual de depreciação (%)	Consolidado					
		2014			2013		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	-	13.344	-	13.344	13.887	-	13.887
Edifícios e construções	4	430.330	(165.039)	265.291	419.354	(172.353)	247.001
Máquinas e equipamentos	8	585.609	(327.833)	257.776	537.418	(328.390)	209.028
Móveis e utensílios	10	96.022	(62.124)	33.898	87.863	(59.018)	28.845
Veículos	15	9.278	(4.526)	4.752	9.006	(3.952)	5.054
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	80.146	(26.363)	53.783	37.595	(16.336)	21.259
Projetos em andamento	-	72.145	-	72.145	108.141	-	108.141
Outros imobilizados	-	9.495	(1.547)	7.948	3.694	-	3.694
Provisão para perdas ("impairment")	-	(10.842)	-	(10.842)	(12.645)	-	(12.645)
Total		<u>1.285.527</u>	<u>(587.432)</u>	<u>698.095</u>	<u>1.204.313</u>	<u>(580.049)</u>	<u>624.264</u>

Informações adicionais sobre o imobilizado

(i) Revisão da vida útil dos bens do ativo imobilizado

A Administração não alterou a vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, devido à ausência de alterações significativas nas condições de utilização dos bens do ativo imobilizado.

(ii) Bens dados em garantia e penhora

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas possuíam bens do imobilizado dados como penhora e aval em operações de empréstimos e financiamentos bancários, bem como arrolados em defesa de processos judiciais, conforme demonstrado a seguir:

	R\$
Máquinas e equipamentos	63
Total	63

(iii) Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

A Companhia e suas controladas avaliaram inicialmente a recuperação do valor do ativo imobilizado para o encerramento do exercício de 2008, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado para suas UGCs. Exceto para a avaliação feita para o encerramento do exercício de 2009, conforme detalhes a seguir, para os demais exercícios, incluindo 2014, o Grupo, por meio da análise de fatores internos e externos às operações das empresas, não identificou indicativos de risco de realização; logo, nenhuma provisão foi registrada.

Para o exercício de 2009, a controlada Alpargatas S.A.I.C. - Argentina registrou provisão para perdas dos ativos relacionados à operação têxtil, cujo montante atualizado para 31 de dezembro de 2014 é de R\$12.645.

b) Intangível

Controladora							
	Taxa anual de amortização (%)	2014			2013		
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Com vida útil definida:							
Sistemas de gestão empresarial (iv)	5-10	163.434	(92.794)	70.640	127.213	(76.001)	51.212
Carteira de clientes (i)	20	27.311	(27.311)	-	27.311	(26.370)	941
Sem vida útil definida:							
Marcas, direitos e patentes	10	305	-	305	197	-	197
Projetos em andamento	-	12.369	-	12.369	16.005	-	16.005
Cessão de direitos comerciais (iii)	-	3.301	-	3.301	4.063	-	4.063
Total		206.720	(120.105)	86.615	174.789	(102.371)	72.418

Consolidado							
	Taxa anual de amortização (%)	2014			2013		
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Com vida útil definida:							
Marcas, direitos e patentes	10	17.851	(12.496)	5.355	7.861	(722)	7.139
Sistemas de gestão empresarial (iv)	5-10	169.934	(96.478)	73.456	131.633	(79.426)	52.207
Cessão de direitos comerciais	-	10.483	(4.831)	5.652	6.441	(1.409)	5.032
Carteira de clientes (i)	20	40.529	(31.880)	8.649	33.417	(28.813)	4.604
Acordo de não competição	25	20.850	(1.219)	19.631	-	-	-
Sem vida útil definida:							
Marcas, direitos e patentes	-	143.926	-	143.926	919	-	919
Ágio na aquisição de controladas (ii)	-	323.887	-	323.887	150.130	-	150.130
Projetos em andamento	-	12.369	-	12.369	16.005	-	16.005
Cessão de direitos comerciais (iii)	-	77.022	-	77.022	4.063	-	4.063
Total		816.851	(146.904)	669.947	350.469	(110.370)	240.099

- (i) Refere-se aos valores pagos na aquisição das carteiras de clientes de ex-representantes comerciais da Companhia (que comercializavam substancialmente sandálias “Havaianas”) em determinados países da Europa, para os quais a Companhia passou a atuar através de suas controladas indiretas localizadas na Europa. Os custos estão sendo amortizados linearmente de acordo com o prazo do fluxo de caixa futuro estimado pela Administração da Companhia, de cinco anos. Em 31 de dezembro de 2014, devido a indicativos de que a Companhia obterá os benefícios futuros esperados, conforme projeções econômicas efetuadas pela Administração da Companhia, nenhuma provisão para desvalorização por “impairment” foi constituída sobre esses saldos.
- (ii) Vide composição na nota explicativa nº 14. Considerando as alterações contábeis promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, a partir de 1º de janeiro de 2009 o saldo do ágio existente em 31 de dezembro de 2008 deixou de ser amortizado, passando a ter sua realização testada anualmente por “impairment”. Nesse sentido, a partir de 1º de janeiro de 2009, o benefício fiscal do ágio na incorporação da ex-controlada Atlântico Participações S.A., demonstrado na nota explicativa nº 14, passou a ser aproveitado nas apurações mensais de imposto de renda e contribuição social com base no RTT, conforme disposições previstas na Lei nº 11.941/09, cujos efeitos estão demonstrados na nota explicativa nº 12.a).
- (iii) Refere-se substancialmente aos valores pagos na aquisição de direitos de uso dos pontos comerciais onde se localizam determinadas lojas “Timberland”, “Concept Havaianas” e Osklen. Por tratar-se de ativos intangíveis comercializáveis eles não são amortizados, sendo submetidos a teste anual quanto à sua recuperação por “impairment”.
- (iv) Refere-se aos gastos incorridos na aquisição, no desenvolvimento e na implementação de sistemas de gestão empresarial que estão sendo utilizados pela Companhia e por suas controladas. São representados substancialmente pelos sistemas SAP/R3, WMS e LINX e pelos custos incorridos no projeto de gestão da cadeia de valor. Os gastos estão sendo amortizados linearmente de acordo com o prazo de benefício futuro estimado pela Administração da Companhia, sendo de dez anos para o sistema de gestão SAP/R3 e de cinco anos para os demais sistemas. Em 31 de dezembro de 2014, devido a indicativos de que a Companhia obterá os benefícios futuros esperados por esses sistemas e projetos, nenhuma provisão para desvalorização por “impairment” foi constituída sobre esses saldos.

A despesa de amortização do intangível consolidada, estimada para os próximos exercícios, está assim representada:

2015	29.149
2016	24.146
2017	17.145
2018 em diante	42.303
Total	<u>137.460</u>

Informações adicionais sobre o intangível

(i) *Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos*

	Consolidado	
	2014	2013
Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos registrados ao resultado:	18.461	19.207

(ii) *Teste de redução ao valor recuperável do ágio*

A Companhia avaliou em 31 de dezembro de 2014 a recuperação do valor dos ágios com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado para as UGCs. O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Companhia aprovada pelo Conselho de Administração. O teste de recuperação do ativo da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas por redução do valor recuperável.

O valor recuperável das UGCs foi apurado com base no valor em uso, utilizando o fluxo de caixa com base nas projeções financeiras aprovadas pela Administração para o quinquênio a uma taxa média de desconto após impostos. Os fluxos de caixa, para além do quinquênio, foram extrapolados utilizando uma taxa de crescimento anual fixa, a qual não excede o crescimento do Produto Interno Bruto - PIB e/ou de mercado, esperado. A Administração acredita que eventuais alterações adicionais nas principais premissas sobre as quais os valores recuperáveis foram baseados não fariam com que o seu valor contábil ultrapassasse o valor recuperável. As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso das UGCs foram as seguintes: (1) crescimento da receita líquida com foco na expansão geográfica; (2) expansão operacional; e (3) lançamento de produtos com maior valor agregado. A expansão geográfica está nos mercados interno e global, com potencial de crescimento ainda pouco explorado. A margem bruta projetada reflete o crescimento de vendas, expansão da linha "Brand Extension", franquias, produtos com maior valor agregado e melhorias na eficiência operacional.

A metodologia aplicada para determinar o valor da UGC é o fluxo de caixa descontado ("discounted cash flow"), que consiste na determinação dos fluxos de caixa livres em um período, em virtude:

- Do resultado operacional.
- Do retorno do resultado operacional da depreciação/amortização sobre o ativo imobilizado/intangível, apropriada ao resultado do exercício.

- Da necessidade líquida de capital de giro incremental, determinada em virtude do ciclo financeiro da Companhia.

Os saldos dos fluxos de caixa por exercício são calculados a valor presente, descontados através da aplicação de uma taxa que determina o Custo Médio Ponderado de Capital (“Weighted Average Cost of Capital - WACC”). Essa taxa considera diversos componentes do financiamento, dívida e capital próprio, utilizados pela Companhia para financiar suas operações. O custo do capital próprio da Companhia foi calculado pelo método “Capital Asset Pricing Model - CAPM”.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2014 para as UGCs são conforme segue:

UGC - Brasil

Resultado operacional R\$ (milhões) (1)	598,4
Perpetuidade (2)	2,2%
Taxa de desconto WACC (3)	14,3%

UGC - Argentina

Resultado operacional R\$ (milhões) (1)	67,0
Perpetuidade (2)	1,7%
Taxa de desconto WACC (3)	16,5%

1. Resultado operacional, médio do período de cinco anos.
2. Taxa de crescimento do fluxo de caixa na perpetuidade.
3. Taxa de desconto calculada antes dos impostos.

A Administração estimou o resultado operacional orçado com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas antes dos impostos e refletem os riscos específicos em relação aos segmentos operacionais em que cada UGC está inserida.

c) Movimentação

	Controladora						Variação cambial/ Outras movim. (ii)	
	2013	Adições	Transferências (i)	Depreciações	Baixas	Impairment		2014
Imobilizado								
Terrenos	9.650	-	-	-	(140)	-	-	9.510
Edifícios e construções	188.377	-	35.268	(7.447)	(1.629)	-	1	214.570
Máquinas e equipamentos	160.684	-	72.655	(22.052)	(805)	-	1.090	211.572
Móveis e utensílios	21.413	-	6.161	(3.536)	(579)	-	63	23.522
Veículos	4.670	-	156	(590)	(22)	-	87	4.301
Benfeitorias em imóveis de terceiros	16.370	-	1.034	(3.957)	(216)	-	-	13.231
Projetos em andamento	101.291	108.584	(143.998)	-	-	-	-	65.877
Outros imobilizados	680	-	-	-	-	-	-	680
Provisão para perdas ("impairment")	(600)	-	-	-	-	-	270	(330)
Total	502.535	108.584	(28.724)	(37.582)	(3.391)	-	1.511	542.933

	Controladora						Variação cambial/ Outras movim. (ii)	
	2013	Adições	Transferências (i)	Amortizações	Baixas	Impairment		2014
<u>Intangível</u>								
Com vida útil definida:								
Sistema de gestão empresarial	51.212	-	37.143	(17.409)	(306)	-	-	70.640
Carteira de clientes	941	-	-	(941)	-	-	-	-
Sem vida útil definida:								
Marcas, direitos e patentes	197	-	108	-	-	-	-	305
Projetos em andamento	16.005	4.891	(8.527)	-	-	-	-	12.369
Cessão de direitos comerciais	4.063	-	-	-	(762)	-	-	3.301
Total	<u>72.418</u>	<u>4.891</u>	<u>28.724</u>	<u>(18.350)</u>	<u>(1.068)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>86.615</u>
Total	574.953	113.475	-	(55.932)	(4.459)	-	1.511	629.548

Consolidado

	2013	Adições	Transferências (i)	Depreciações	Baixas	Impairment	Variação cambial/ Outras movim. (ii)	2014
Imobilizado								
Terrenos	13.887	-	-	-	(140)	-	(403)	13.344
Edifícios e construções	247.001	1.163	35.783	(10.622)	(1.629)	-	(6.405)	265.291
Máquinas e equipamentos	209.028	2.472	75.728	(28.933)	(805)	-	286	257.776
Móveis e utensílios	28.845	2.818	6.172	(6.309)	(585)	-	2.957	33.898
Veículos	5.054	1	156	(691)	(22)	-	254	4.752
Benfeitoria em imóveis de terceiros	21.259	6.966	16.057	(6.361)	(216)	-	16.078	53.783
Projetos em andamento (iii)	108.141	116.863	(162.620)	-	-	-	9.761	72.145
Outros imobilizados	3.694	394	-	(92)	(3)	-	3.955	7.948
Provisão para perdas ("impairment")	(12.645)	-	-	-	-	-	1.803	(10.842)
Total	624.264	130.677	(28.724)	(53.008)	(3.400)	-	28.286	698.095

Consolidado

	2013	Adições	Transferências (i)	Amortizações	Baixas	Impairment	Variação cambial/ Outras movim. (ii)	2014
Intangível								
Com vida útil definida:								
Marcas, direitos e patentes	7.139	-	-	(1.727)	-	-	(57)	5.355
Sistemas de gestão empresarial	52.207	1.227	37.676	(18.260)	(306)	-	912	73.456
Cessão de direitos comerciais	5.032	2.054	(533)	(924)	-	-	23	5.652
Carteira de clientes	4.604	-	-	(2.587)	-	-	6.632	8.649
Acordo de não competição	-	-	-	(1.219)	-	-	20.850	19.631
Sem vida útil definida:								
Marcas, direitos e patentes	919	-	108	-	-	-	142.899	143.926
Ágio na aquisição de controladas	150.130	-	-	-	-	-	173.757	323.887
Projetos em andamento (iii)	16.005	4.891	(8.527)	-	-	-	-	12.369
Cessão de direitos comerciais	4.063	2.302	-	-	(762)	-	71.419	77.022
Total	240.099	10.474	28.724	(24.717)	(1.068)	-	416.435	669.947
Total	864.363	141.151	-	(77.725)	(4.468)	-	444.721	1.368.042

- (i) Transferências correspondem às movimentações dos ativos entre a rubrica "Projetos em andamento" para as correspondentes contas definitivas dos grupos "Imobilizado" e "Intangível", quando do encerramento dos projetos.
- (ii) Referem-se a incorporação dos saldos contábeis do imobilizado e intangível de controladas e alocação de valores de impostos creditados indevidamente e reincorporados ao imobilizado.

- (iii) Os saldos registrados na rubrica "Projetos em andamento" referem-se aos projetos: (1) de construção da nova fábrica de sandálias na cidade de Montes Claros - MG, com investimento de R\$ 27.579; (2) investimentos em infra-estrutura e TI, com investimento de R\$ 24.743; (3) diversas melhorias e expansão do processo fabril, com investimentos de aproximadamente R\$12.080; (4) Manutenção e Modernização R\$3.412, e (5) Demais projetos R\$10.432.

16. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Nacionais	189.466	183.590	227.974	197.894
Estrangeiros	87.184	120.184	168.924	186.161
Total	276.650	303.774	396.898	384.055

O saldo de fornecedores estrangeiros refere-se, em sua maioria, a valores denominados em dólares norte-americanos.

17. Empréstimos e financiamentos

				Controladora		Consolidado	
		Indexador e taxa anual de juros		2014	2013	2014	2013
Moeda							
<u>Denominados em reais:</u>							
FNE (BNB)	(a)	3,03%		163.792	144.571	163.792	144.571
Finame		3,44%		55.222	41.482	55.304	41.564
Exim (BNDES)	(b)	8,00%		70.451	100.934	70.451	100.934
NCE (Exim – Compulsório)	(c)	7,46%		35.340	35.339	35.340	35.339
Cessão de crédito de recebíveis	(d)	12,51%		75.197	64.825	75.197	64.825
Conta garantida	(e)	12,71%		-	-	7.960	-
Capital de giro	(e)	12,93%		-	-	5.562	-
ProGeren (BNDES)	(e)	8,70%		-	-	1.806	-
Linha externa (4131)	(e)	13,24%		-	-	30.961	-
Total em reais				400.002	387.151	446.373	387.233
<u>Denominados em moeda estrangeira:</u>							
“Working capital” - Alpargatas EUA	(f)	US\$	1,08%	-	-	62.338	52.052
Arrendamentos mercantis financeiros - Alpargatas S.A.I.C. – Argentina		AR\$	15,25%	-	-	47	62
“Working capital” - Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	(g)	AR\$	15,14%	-	-	5.245	117.487
Total em moeda estrangeira				-	-	67.630	169.601
Total geral				400.002	387.151	514.003	556.834
Passivo circulante				184.604	111.609	295.931	275.311
Passivo não circulante				215.398	275.542	218.072	281.523

- (a) Em 23 de fevereiro de 2006, a Companhia assinou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil - BNB, no limite de R\$112.000, destinado a apoiar programas de investimentos na Região Nordeste. O financiamento está sendo amortizado mensalmente desde 2008, com previsão de liquidação em dez anos. Em 26 de dezembro de 2012 e 3 de maio de 2013, a Companhia assinou outros dois contratos de financiamento com o BNB no limite de R\$ 148.498 destinados a apoiar o investimento na fábrica de Montes Claros na região norte de Minas Gerais. As amortizações serão pagas mensalmente durante oito anos no período de janeiro de 2015 a maio de 2023. As liberações das parcelas dos contratos foram vinculadas ao cronograma de desembolsos dos investimentos. As garantias estão suportadas por carta de fiança bancária.

- (b) Em setembro de 2012 e agosto de 2013, a Companhia recebeu o crédito de R\$ 30.000 e R\$ 70.000, respectivamente, referentes ao financiamento da linha do BNDES-EXIM Pré Embarque assinado com os banco Alfa de Investimentos, Bradesco e Itaú-Unibanco. Os recursos têm o objetivo de financiar as exportações de sandálias e exige ao final da operação a comprovação da performance das exportações durante o período de vigência do contrato. Os financiamentos serão amortizados em seis parcelas, com vencimentos entre 2014 e 2015.
- (c) Em fevereiro e julho de 2013, a Companhia recebeu o crédito de R\$ 25.000 e R\$ 10.000, respectivamente, referentes a Nota de Crédito à Exportação – NCE assinando com o Banco Itaú-Unibanco. A linha de crédito é semelhante à operação de BNDES-EXIM Pré Embarque e também exige ao final da operação a comprovação da performance das exportações durante o período de vigência do contrato. Os financiamentos serão amortizados em parcelas únicas no seu vencimento em 2016.
- (d) Em outubro de 2010 a Companhia assinou com o Banco Santander convênio de cessão de crédito. O prazo médio das operações é de 90 dias. As cessões são amortizadas ao Santander de acordo com os recebimentos dos títulos dos clientes.
- (e) Empréstimos captados pelas controladas Terras de Aventura Indústria de Artigos Esportivos S.A. e Alpargatas USA para financiar capital de giro.
- (f) Os empréstimos e financiamentos captados pelas controladas no exterior são garantidos por avais da Companhia, de acordo com limites aprovados pelo Conselho de Administração. Os prazos de vencimento para essas operações variam de 180 a 360 dias.
- (g) Os empréstimos e financiamentos captados pela Alpargatas S.A.I.C. - Argentina são utilizados no capital de giro da operação. As operações não possuem "covenants" ou garantias.

Os demais empréstimos estão garantidos por Notas Promissórias e alienação fiduciária de bens da Companhia e de suas controladas, com exceção das operações de "working capital" da Alpargatas S.A.I.C. – Argentina.

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
2015	-	103.557	-	108.061
2016	61.923	56.530	64.536	57.942
2017	26.294	20.263	26.336	20.308
2018	25.305	19.274	25.325	19.294
2019 em diante	101.876	75.918	101.875	75.918
Total	215.398	275.542	218.072	281.523

Cláusulas restritivas de contratos

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Companhia e por suas controladas não continham cláusulas restritivas que estabelecem obrigações quanto à manutenção de índices financeiros por parte da Companhia e de suas controladas.

18. Obrigações negociadas de controladas

Em 26 de setembro de 2001, a controlada Alpargatas S.A.I.C. - Argentina solicitou a abertura de processo preventivo de obrigações negociadas com os credores, tendo sido tal decisão ratificada pela Assembléia Geral de Acionistas realizada em 1º de março de 2002 e o deferimento pelo Tribunal Comercial competente, em 7 de março de 2002.

Em dezembro de 2005, esse mesmo Tribunal Comercial, atendendo à solicitação da Administração da controlada, emitiu decisão tornando conhecida a existência de um pré-acordo com os credores e em 15 de setembro de 2006, após o cumprimento de determinadas obrigações legais anteriormente impostas, a controlada deu início à implementação do acordo de reestruturação de suas dívidas com os credores.

Os valores estão divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas na conta "Obrigações negociadas", no passivo circulante e no não circulante, pelos montantes de R\$9.106 e R\$43.020, respectivamente, em 31 de dezembro de 2014 (R\$10.942 e R\$50.731, em 31 de dezembro de 2013), os quais estão sendo demonstrados líquidos dos ajustes a valor presente, nos montantes de R\$29.615 e R\$36.577, respectivamente, em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

O ajuste a valor presente vem sendo calculado considerando como taxa, a diferença entre a taxa básica de juros da economia argentina e a taxa prefixada para atualização dos passivos, conforme estabelecido de acordo com os termos das obrigações negociadas. Em 31 de dezembro de 2014, a taxa média de desconto praticada para o ajuste a valor presente era de 15% ao ano.

Os efeitos decorrentes da reversão líquida do ajuste a valor presente estão sendo registrados na conta "Despesas financeiras" no consolidado e totalizaram R\$2.442 no resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (R\$3.892 referente ao mesmo período de 2013).

O passivo total está sujeito a juros anuais entre 1% e 3% e possui prazos de vencimentos entre 15 e 25 anos, com carência de 6 a 10 anos, a partir da data em que os acordos foram celebrados.

Em 31 de dezembro de 2014, as reversões previstas para os próximos exercícios referentes ao ajuste a valor presente, são demonstradas como segue:

2015	2.490
2016	2.994
2017	3.116
2018 em diante	<u>21.015</u>
Total	<u><u>29.615</u></u>

Os vencimentos previstos para a parcela registrada no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

2016	6.361
2017	7.418
2018 em diante	<u>29.241</u>
Total	<u><u>43.020</u></u>

Saldo em 31 de dezembro de 2013	61.673
Juros	8.066
Variação cambial	(7.303)
Pagamento	(10.310)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>52.126</u>

19. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	4.064	6.248	10.854	5.947
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o				
Financiamento da Seguridade Social – COFINS	7.692	5.137	11.780	5.390
Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	68	537	68	537
Imposto de renda e contribuição social	-	1.673	3.475	2.532
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina:				
Imposto de renda	-	-	-	1.544
Imposto sobre Valor Adicionado – IVA	-	-	2.545	2.921
Outros impostos	-	-	3.185	1.499
Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha - Imposto sobre Valor				
Adicionado – IVA	-	-	44	-
Imposto de renda	-	-	358	734
Outros impostos	-	-	564	377
Brasil Maior	1.775	2.207	1.948	2.359
Outros	3.740	1.363	6.307	1.429
	<u>17.339</u>	<u>17.165</u>	<u>41.128</u>	<u>25.269</u>

20. Provisões e outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
"Royalties" a pagar	15.184	29.070	15.321	29.070
Provisão para fretes a pagar	9.218	10.209	9.775	10.765
Propagandas a pagar	2.228	7.409	3.779	10.899
Comissões a pagar	2.154	5.229	4.097	7.255
Outras contas a pagar (comissões, serviços de terceiros, concessionárias e outras)	13.267	9.995	55.038	34.874
Total	<u>42.051</u>	<u>61.912</u>	<u>88.010</u>	<u>92.863</u>

21. Partes relacionadas

a) Saldos com partes relacionadas

<u>Ativo e (passivo) não circulante</u>	Controladora	
	2014	2013
CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias	(12.572)	1.520
Alpargatas Internacional APS	-	(24)
Alpargatas Imobiliária S.A.	(530)	(333)
Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda.	1	-
Terras de Aventura Indústria de Artigos Esportivos S.A. - Osklen	26	-
Total	<u>(13.075)</u>	<u>1.163</u>

O saldo é representado por conta corrente entre a Companhia e suas controladas, devido à administração centralizada das disponibilidades, não havendo incidência de encargos financeiros.

b) Saldos a receber e a pagar decorrentes de transações com partes relacionadas

		Controladora		Controladora e consolidado	
		Contas a receber		Contas a pagar	
		2014	2013	2014	2013
Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos	(ii)	20.132	8.288	-	-
Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha	(ii)	32.033	22.166	-	-
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina		977	876	-	-
CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias		40	18	-	-
Alpargatas S.A.I.C. - Uruguay		389	-	-	-
Grupo Camargo Corrêa	(iii)	-	-	11	7
Total		53.571	31.348	11	7

c) Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

		Controladora e consolidado	
		2014	2013
Juros sobre capital próprio		2.074	2.135

d) Transações com partes relacionadas

As transações efetuadas com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

		Venda de produtos/serviços		Compra de produtos/serviços	
		2014	2013	2014	2013
Alpargatas S.A.	(i)	91.664	59.125	(iv)	37.310
Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos		-	-	(i)	22.499
Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha		-	-	(i)	57.472
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina		1.916	2.712	(i)	1.248
CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias		19.872	4.088		10.445
Grupo Camargo Corrêa (controlador):					7.625
Serviços compartilhados - CSC	(iv)	11.790	12.592	-	-
Projetos corporativos	(iv)	3.712	2.752	-	-
Outras		20	53	-	-
		128.974	81.322	128.974	81.322

- (i) Compreendem substancialmente as vendas de sandálias da marca "Havaianas" para as controladas localizadas nos Estados Unidos e na Europa, devido ao modelo das operações e ao formato do canal de distribuição definido para as operações internacionais da Companhia, no qual os produtos são manufaturados no Brasil e posteriormente vendidos para as controladas no exterior, onde são revendidos.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Companhia não registrou nenhuma baixa ou provisão para créditos de liquidação duvidosa referente aos saldos a receber de suas controladas no exterior.

- (ii) Contas a receber pelas vendas dos produtos descritos no item (i), cujos recebimentos ocorrerão entre janeiro e junho de 2015.
- (iii) Contas a pagar pela prestação dos serviços descritos no item (iv).
- (iv) Compreendem substancialmente custos com serviços corporativos compartilhados, tais como de telefonia, de seguros, administrativos e de tecnologia da informação, cuja prestação está celebrada em contrato com o Centro de Soluções Compartilhadas do Grupo Camargo Corrêa. Incluem também as vendas de produtos semi acabados da controlada CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias para a controladora.

Em 31 de dezembro de 2014, exceto pelos avais e pelas garantias concedidos para suportar as operações de empréstimos e financiamentos, conforme mencionado na nota explicativa nº 17, a Companhia e suas controladas não haviam concedido outros avais e garantias para partes relacionadas.

e) Remuneração do pessoal chave da administração

A remuneração total dos administradores está assim composta:

		2014				
		Remuneração			Outorga de opções	
		Variável			Saldo das opções (quantidade) (ii)	Preço médio de exercício - R\$ (iii)
		Fixa	(i)	Total		
Conselhos de Administração e Fiscal Diretores		3.552	-	3.552	-	-
		6.578	6.625	13.203	3.490.212	2,01/11,99
		10.130	6.625	16.755	3.490.212	
		2013				
		Remuneração			Outorga de opções	
		Variável			Saldo das opções (quantidade) (ii)	Preço médio de exercício - R\$ (iii)
		Fixa	(i)	Total		
Conselhos de Administração e Fiscal Diretores		2.580	-	2.580	-	-
		6.042	4.995	11.037	4.652.509	1,41/11,99
		8.622	4.995	13.617	4.652.509	

- (i) Refere-se à participação nos resultados registrados no exercício. Os valores contemplam eventuais complementos e/ou reversões à provisão efetuada no exercício anterior, em virtude da apuração final das metas estabelecidas aos diretores estatutários.
- (ii) Refere-se ao saldo das opções maduras ("vested") e não maduras ("non-vested"), não exercidas, na data do balanço.
- (iii) Refere-se ao preço médio ponderado de exercício da opção à época dos planos de outorga, atualizado monetariamente até a data do balanço.

Conforme detalhes descritos na nota explicativa nº 28 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi reconhecida uma despesa referente aos planos de outorga de opções de R\$3.152 (R\$2.587 em 31 de dezembro de 2013).

Em adição à remuneração dos administradores, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia efetuou contribuições ao plano de previdência privada no montante de R\$536 (R\$420 em 31 de dezembro de 2013) em nome dos diretores estatutários.

A remuneração global anual para os administradores fixada para o exercício de 2014 na Assembleia Geral Ordinária de 24 de abril de 2014 foi de R\$15.888.

22. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes de autuações por parte das autoridades fiscais, de reclamações de terceiros e ex-funcionários ou de ações e questionamentos. Para essas contingências foram constituídas provisões, quando, na opinião da Administração e de seus assessores jurídicos, o risco de eventual perda foi considerado como provável. Essas provisões estão assim apresentadas:

		Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Reclamações trabalhistas	(a)	13.734	14.681	27.519	24.620
Processos tributários	(b)	8.241	9.279	10.910	12.745
Depósitos judiciais	(b)	(4.179)	(4.179)	(4.179)	(4.179)
Processos cíveis		3.870	3.722	4.189	4.083
		<u>21.666</u>	<u>23.503</u>	<u>38.439</u>	<u>37.269</u>
Parcela do circulante		5.654	4.201	10.819	6.755
Parcela do não circulante		16.012	19.302	27.620	30.514

- (a) Referem-se às ações movidas contra a Companhia e suas controladas por ex-funcionários e colaboradores, cujos pedidos são basicamente de pagamentos de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras e verbas entendidas como devidas em razão de responsabilidade subsidiária. Os valores provisionados referem-se às melhores estimativas apuradas para cada processo avaliado como perda provável.
- (b) Consistem basicamente em: (i) auto de infração referente à COFINS do período de julho e setembro a dezembro de 1992 emitido contra a Companhia, em que se discute diferenças não tributadas, cujo montante atualizado para 31 de dezembro de 2014 é de R\$3.844. O processo encontra-se aguardando decisão em última instância administrativa; e (ii) discussão quanto à cobrança da diferença do Fator Acidentário de Prevenção - FAP e Seguro de Acidente do Trabalho - SAT, no montante total de R\$5.100, em que a Companhia discute a cobrança pela alíquota máxima da indústria. O processo encontra-se pendente de decisão de segunda instância na esfera judicial, com depósito judicial no valor de R\$4.179.

Movimentação

	Controladora				Total
	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Depósitos judiciais	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	14.681	9.279	3.722	(4.179)	23.503
Complementos	7.608	303	149	-	8.060
Reversões	-	(1.184)	-	-	(1.184)
Pagamentos	(8.556)	(157)	-	-	(8.713)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>13.733</u>	<u>8.241</u>	<u>3.871</u>	<u>(4.179)</u>	<u>21.666</u>

	Consolidado				
	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Depósitos judiciais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	24.620	12.745	4.083	(4.179)	37.269
Complementos	11.061	303	149	-	11.513
Reversões	-	(1.184)	-	-	(1.184)
Saldo inicial aquisição de controlada	2.957	-	-	-	2.957
Pagamentos/Variação cambial	(11.119)	(954)	(43)	-	(12.116)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	27.519	10.910	4.189	(4.179)	38.439

Perdas possíveis

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em ações de natureza tributária e cível que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Tributárias:		
Auto de infração - IRRF (a)	9.367	9.008
CSLL e IRPJ (b)	10.390	9.935
Royalties (c)	55.304	49.243
IPI (d)	41.991	40.003
Outras	16.439	15.773
	<u>133.491</u>	<u>123.962</u>
Cíveis (ações indenizatórias)	<u>6.556</u>	<u>6.013</u>

- (a) Auto de infração visando à cobrança de IRRF, compensado com créditos de IRPJ.
- (b) Autos de infração relativos a não homologação de compensações de débitos tributários com créditos de IRPJ e CSLL.
- (c) Autos de infração visando a cobrança de II, IPI, PIS-Importação e COFINS-Importação sobre os valores remetidos ao exterior a títulos de royalties, no período de 2007 a 2010.
- (d) Autos de infração relativos à não homologação de compensação de créditos de IPI na aquisição de insumos isentos da ex-controlada Locomotiva da Amazônia Indústria e Comércio de Têxteis Industriais Ltda., correspondentes ao período de julho de 2004 a junho de 2008.

Adicionalmente, em dezembro de 2005, foi movido processo cível contra a Companhia por uma empresa detentora de determinada marca esportiva, cujo objeto da causa se referia a perdas e danos por supostos descumprimentos no contrato de licenciamento, o qual foi distratado em anos anteriores. Em fevereiro de 2007, houve decisão favorável à Companhia determinando a extinção do processo. Em novembro de 2011, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo confirmou tal decisão, oportunidade no corpo jurídico da Companhia passou a avaliar a ação com prognóstico de perda remoto. Em junho de 2013, o STJ afastou a extinção do processo e determinou o retorno dos autos à primeira instância, para julgamento de seu mérito. O juiz de primeira instância aceitou o pedido da Companhia para utilização da prova emprestada do caso em que houve sentença favorável à Companhia. Os autos aguardam juntada de alegações finais das partes. Ainda, a Companhia aguarda julgamento dos embargos de divergência opostos em setembro de 2013.

23. Tributos com exigibilidade suspensa

	Controladora e consolidado	
	2014	2013
PIS/COFINS - Lei nº 9.718/98	33.784	32.323
Depósitos judiciais	(33.784)	(32.323)
(a)	<u>-</u>	<u>-</u>
COFINS - exclusão do ICMS da base de cálculo	177.234	142.137
Depósitos judiciais	(13.037)	(11.809)
(b)	<u>164.197</u>	<u>130.328</u>
Outros	3.441	3.283
Total	<u>167.638</u>	<u>133.611</u>

(a) COFINS - Lei nº 9.718/98

Em 8 de março de 1999, a Companhia obteve liminar na ação ordinária em que discute a inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98 e da Emenda Constitucional nº 20, mais especificamente, o aumento da alíquota da COFINS em 1% e o alargamento da base de cálculo da COFINS e do PIS. Essa liminar assegurou o recolhimento dessas contribuições nos moldes da legislação vigente até janeiro de 1999.

A partir daquela data, os valores dessas contribuições apurados nos períodos em questionamento foram registrados no passivo como tributos com exigibilidade suspensa e passaram a ser mantidos atualizados monetariamente pela taxa SELIC, cujos efeitos de atualização monetária foram registrados na rubrica "Despesas financeiras" no resultado do exercício. De setembro de 2002 a janeiro de 2004, a Companhia depositou em juízo o valor em discussão.

Em março de 2006, após decisão adversa proferida pelo Supremo Tribunal Federal - STF sobre o recurso extraordinário da ação referente ao aumento de alíquota da COFINS em 1%, a Companhia decidiu pelo pagamento do montante apurado nos períodos de: (i) março de 1999 a agosto de 2002; e (ii) fevereiro de 2004 a março de 2006, no montante total de R\$43.041. Tal decisão foi tomada sem que houvesse prejuízo da continuidade da discussão judicial referente ao período de setembro de 2002 a janeiro de 2004, cujo valor registrado como tributo com exigibilidade suspensa e depósito judicial totalizava R\$28.804, atualizados monetariamente. A Companhia passou a efetuar os pagamentos das apurações mensais a partir de abril de 2006.

A Lei nº 11.941/09 revogou o parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, que tratava do alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS, fato que fortaleceu a tese questionada pela Companhia. A decisão do STF possibilitou a reversão da parcela do PIS e da COFINS referente ao alargamento da base de cálculo. Em 30 de junho de 2009, a Companhia reverteu a parcela correspondente a esse passivo com exigibilidade suspensa, no montante total de R\$12.401.

Portanto, os valores registrados em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 referem-se unicamente à parcela relativa à majoração da alíquota da COFINS em 1%, para a qual, em agosto de 2009, o STF julgou desfavoravelmente a tese defendida pela Companhia. A ação da Companhia em 31 de dezembro de 2014 ainda aguarda julgamento; porém, tendo em vista que o julgamento da tese terá desfecho desfavorável, quando os valores depositados judicialmente serão convertidos em renda da União, a Companhia mantém os valores provisionados.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os valores provisionados, bem como os depósitos judiciais, estão atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

(b) COFINS - exclusão do ICMS da base de cálculo do tributo

A Companhia questiona judicialmente, desde 1993, a inclusão do ICMS na base de cálculo da COFINS, e no período de maio de 1993 a fevereiro de 1996 foram efetuados depósitos judiciais.

A partir de junho de 2008, a Companhia passou a valer-se do efeito suspensivo obtido em Medida Cautelar no STF para continuar excluindo o ICMS da base de cálculo da COFINS, entretanto, a partir daquela data, sem mais a necessidade de efetuar depósitos judiciais. Apesar disso, tais valores vêm sendo registrados como passivo com exigibilidade suspensa.

Em 31 de dezembro de 2014, o processo aguarda julgamento no STF, fazendo com que a Companhia mantenha os valores do passivo e dos depósitos judiciais atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

Movimentação dos tributos com exigibilidade suspensa – controladora e consolidado

	<u>2013</u>	<u>Atualizações</u>	<u>Complementos/ (Reversões)</u>	<u>2014</u>
PIS/COFINS	32.323	1.461	-	33.784
Depósitos judiciais	<u>(32.323)</u>	<u>(1.461)</u>	<u>-</u>	<u>(33.784)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
COFINS – ICMS	142.137	13.040	22.057	177.234
Depósitos judiciais	<u>(11.809)</u>	<u>(1.228)</u>	<u>-</u>	<u>(13.037)</u>
	<u>130.328</u>	<u>11.812</u>	<u>22.057</u>	<u>164.197</u>
Outros	3.283	158	-	3.441
Total	<u>133.611</u>	<u>11.970</u>	<u>22.057</u>	<u>167.638</u>

24. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital integralizado em 31 de dezembro de 2014 era de R\$648.497, após aumento com a integralização do valor destinado como reserva de lucros de 2008, aprovado em 24 de abril de 2014, com a emissão de 42.768.162 novas ações, sendo 21.964.414 ações ordinárias e 20.803.748 ações preferenciais, incluídas as ações em tesouraria. A bonificação ocorreu na proporção de 10 ações para cada 100 ações possuídas em 23 de abril de 2014.

Em razão da bonificação ocorrida em 23 de abril de 2014 o número de total de ações passou a ser representado por 470.449.777 ações escriturais sem valor nominal, sendo 241.608.551 ordinárias e 228.841.226 preferenciais.

Com a alteração do estatuto social, o limite autorizado para aumento do capital social passou para 483.217.101 ações preferenciais, sendo o Conselho de Administração o órgão competente para determinar as condições aplicáveis às emissões de ações, com base no capital autorizado, como também a aplicabilidade ou não do direito de preferência dos atuais acionistas, nos termos do artigo 172 da Lei nº 10.303/01.

O capital subscrito e integralizado apresenta a seguinte composição acionária:

Em 31 de dezembro de 2014:

Acionistas	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores (Grupo Camargo Corrêa)	161.846.378	66,99	45.729.086	19,98	207.575.464	44,12
Administradores:						
Conselho de Administração	48.197.545	19,95	9.835.284	4,30	58.032.829	12,34
Conselho Fiscal	33	0,00	0	0,00	33	0,00
Demais acionistas	31.564.595	13,06	173.276.856	75,72	204.841.451	43,54
Total	241.608.551	100,00	228.841.226	100,00	470.449.777	100,00

Em 31 de dezembro de 2013:

Acionistas	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores (Grupo Camargo Corrêa)	147.133.071	66,99	41.571.897	19,98	188.704.968	44,12
Administradores:						
Conselho de Administração	43.564.461	19,83	8.744.459	4,20	52.308.920	12,23
Demais acionistas	28.946.605	13,18	157.721.122	75,82	186.667.727	43,65
Total	219.644.137	100,00	208.037.478	100,00	427.681.615	100,00

b) Plano de recompra de ações

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de dezembro de 2014 foi deliberado o plano para recompra de até 8.612.139 ações preferenciais e até 7.976.217 ações ordinárias. A autorização vigorará pelo prazo máximo de 361 dias, teve início no dia 8 de dezembro de 2014 e terminará no dia 4 de dezembro de 2015. A Companhia adquiriu 2.920.000 ações preferenciais de sua própria emissão no último programa autorizado em 06 de dezembro de 2013, que compreendia o período de 9 de dezembro de 2013 a 5 de dezembro de 2014.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a conta “Ações em tesouraria” registrou a seguinte movimentação:

	Quantidade	Custo médio - R\$
Saldo em 31 de dezembro de 2013	6.162.796	8,87
Alienadas (*)	(1.148.151)	(10,87)
Aquisições (*)	1.148.151	11,59
Recompra de Ações	2.920.000	10,11
Bonificação de ações	616.279	(0,56)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	9.699.075	8,76

(*) Alienações e aquisições no âmbito dos planos de outorga de opções de ações.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da lei societária e do estatuto.

Em 2014 e 2013, o cálculo foi efetuado da seguinte forma:

	2014	2013
Lucro líquido do exercício da controladora	280.151	310.011
Constituição da reserva para incentivos fiscais	(133.140)	(145.393)
Valor disponível para distribuição	147.011	164.618
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	36.753	41.155
Proposta da administração:		
Juros sobre o capital próprio	84.300	85.100
Dividendos	147.100	32.700
	231.400	117.800
Juros sobre o capital próprio distribuídos por ação		
Ações ordinárias	0,17856	0,19759
Ações preferenciais	0,19643	0,21736
Dividendos distribuídos por ação		
Ações ordinárias	0,30477	0,07403
Ações preferenciais	0,33524	0,08143

Em 06 de março de 2015, o Conselho de Administração aprova “ad referendum” da Assembleia Geral Ordinária, que será realizada em 23 de abril de 2015, a proposta para pagamento de dividendos, no montante de R\$147.100, que, somados aos R\$84.300 de juros sobre capital próprio pagos durante 2014, correspondem a R\$231.400.

d) Ágio (deságio) na venda de ações em tesouraria

Refere-se ao deságio gerado na venda de ações em tesouraria decorrente do exercício das opções dos planos de outorga. O saldo foi absorvido pela reserva de capital no valor de R\$ 8.498 e pela reserva de lucros no valor de R\$ 15.253, conforme art. 18 da instrução CVM 10/1980.

e) Reserva para incentivos fiscais

A partir de 1º de janeiro de 2008, os incentivos fiscais passaram a ser registrados diretamente no resultado, sendo posteriormente, quando do encerramento das demonstrações financeiras anuais, constituídos como “Reserva de incentivos fiscais” no grupo “Reservas de lucros”.

25. Informações sobre segmentos de negócios

O pronunciamento técnico CPC 22/IFRS 08 - Informações por Segmento requer que os segmentos sejam reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos e revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. O principal tomador de decisões operacionais da Companhia é representado pelo Diretor Presidente.

Embora a Companhia possua uma estrutura de gestão matricial onde as receitas de vendas são analisadas pelo principal tomador de decisões em diversos níveis, pois os produtos

produzidos e comercializados pela Companhia e suas controladas são divididos entre diversas marcas entre calçados, artigos esportivos, sandálias e vestuário, as operações são geridas por segmentação geográfica com a seguinte segregação: (i) Operações Nacionais: desempenho da Companhia e de suas controladas no Brasil e (ii) Operações Internacionais: desempenho das controladas na Argentina e desempenho consolidado das controladas nos Estados Unidos e na Europa, bem como das exportações diretas e da Tavex Corporation S.A., empresa que a Companhia detêm 18,687% de participação.

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma no exercício findo em 31 de dezembro de 2014:

- Operações Nacionais:
 - Brasil: 69,1%
- Operações Internacionais:
 - Argentina: 17,4%
 - Europa, Estados Unidos e Exportações: 13,5%

As políticas contábeis de cada segmento são as mesmas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. O desempenho dos segmentos foi avaliado com base nas receitas operacionais líquidas, no lucro líquido e no capital empregado (ativos totais menos passivo circulante e passivo não circulante) em cada segmento. Essa base de mensuração inclui os efeitos financeiros, imposto de renda e a contribuição social, a depreciação e a amortização e são consistentes com os registros das informações contábeis consolidadas.

As informações estão demonstradas a seguir:

Contas de resultado	2014					
	Receita operacional líquida	Lucro líquido (prejuízo)	Depreciação e amortização	Resultado financeiro	Variação cambial líquida	Imposto de renda e contribuição social
Operações nacionais:						
Brasil	2.566.002	189.539	(58.399)	14.267	(12.918)	3.740
Operações internacionais:						
Argentina	644.395	13.133	(9.166)	(33.729)	(622)	(6.147)
Europa/Estados Unidos/Exportações	500.765	107.533	(10.160)	1.899	8.449	(13.430)
Grupo Tavex S.A.	-	(17.265)	-	-	-	-
Participação dos acionistas não controladores	-	(6.412)	-	-	-	-
Consolidado	3.711.162	286.528	(77.725)	(17.563)	(5.091)	(15.837)

Contas de resultado	2013					
	Receita operacional líquida	Lucro líquido (prejuízo)	Depreciação e amortização	Resultado financeiro	Variação cambial líquida	Imposto de renda e contribuição social
Operações nacionais:						
Brasil	2.417.811	308.305	(47.761)	72.594	(9.438)	(39.932)
Terras de Avent. Ind.	-	1.266	-	-	-	-
Art.Esport. S.A. – Osklen	-	-	-	-	-	-
Operações internacionais:						
Argentina	603.863	(28.980)	(10.877)	(47.500)	(842)	9.916
Europa/Estados Unidos/Exportações	404.285	57.773	(8.014)	8	7.195	(7.637)
Grupo Tavex S.A.	-	(28.353)	-	-	-	-
Participação dos acionistas não controladores	-	(248)	-	-	-	-
Consolidado	<u>3.425.959</u>	<u>309.763</u>	<u>(66.652)</u>	<u>25.102</u>	<u>(3.085)</u>	<u>(37.653)</u>

A tabela abaixo apresenta os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

Contas patrimoniais	2014			2013		
	Ativo total	Passivo circulante e não circulante	Adição ativo imob. e intangível	Ativo total	Passivo circulante e não circulante	Adição ativo imob. e intangível
Operações nacionais:						
Brasil	2.928.920	1.165.992	125.813	2.762.332	1.087.366	183.635
Operações internacionais:						
Argentina	430.866	211.504	3.771	413.080	309.736	16.222
Europa / Estados Unidos/Exportações	286.780	168.166	11.567	170.325	130.431	5.462
Grupo Tavex S.A.	-	-	-	16.247	-	-
Consolidado	<u>3.646.566</u>	<u>1.545.662</u>	<u>141.151</u>	<u>3.361.984</u>	<u>1.527.533</u>	<u>205.319</u>

A Companhia possui uma carteira de clientes pulverizada e nenhum cliente individualmente contribuiu com mais de 6% para as receitas de vendas.

26. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receita operacional bruta:				
Mercado interno	2.873.219	2.782.130	3.114.648	2.919.755
Mercado externo	261.675	214.689	1.322.401	1.197.742
	<u>3.134.894</u>	<u>2.996.819</u>	<u>4.437.049</u>	<u>4.117.497</u>
Devoluções e cancelamentos	(52.072)	(58.189)	(84.802)	(110.872)
Impostos incidentes sobre as vendas	(440.299)	(415.080)	(641.085)	(580.666)
Receita operacional líquida	<u>2.642.523</u>	<u>2.523.550</u>	<u>3.711.162</u>	<u>3.425.959</u>

27. Despesas por natureza

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações das despesas por natureza é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Custo dos produtos vendidos:				
Matérias primas	1.160.444	1.069.090	1.448.182	1.333.883
Salários, encargos e benefícios	333.862	266.972	552.995	494.391
Depreciação	30.390	19.559	39.966	30.794
Hedge Accounting	22.214	7.927	22.214	7.927
Outros custos	79.433	61.628	149.560	138.395
Total	1.626.343	1.425.176	2.212.917	2.005.390
Despesas com vendas:				
Salários, encargos e benefícios	81.036	78.665	146.825	129.751
Participação nos resultados	9.156	9.468	13.364	13.492
Frete	100.080	89.811	132.886	117.816
Propaganda e publicidade	237.232	220.537	300.025	281.772
Comissões	19.527	20.251	44.646	38.318
Acordo de clientes	18.953	16.652	20.907	17.219
Depreciação	3.618	3.427	5.897	5.285
Royalties	46.721	46.001	49.969	47.293
Serviços de terceiros	15.854	18.200	31.274	33.299
Aluguéis/Leasing	13.366	12.537	33.881	23.200
Desp. com viagens	3.580	5.356	7.509	9.031
Desp. com armazenagem	4.281	3.786	25.569	18.434
Seguros de transporte	4.529	6.523	6.511	8.977
Outras	73.766	62.715	95.190	79.372
	631.699	593.929	914.453	823.259
Gerais e administrativas:				
Salários, encargos e benefícios	80.108	78.337	100.484	95.582
Honorários dos administradores (nota explicativa nº 21.e))	14.124	12.427	16.755	13.617
Serviços de terceiros	25.816	21.552	34.490	27.622
Depreciação	3.573	3.240	8.590	5.400
Aluguel e Condomínio	14.623	14.994	17.651	15.052
Manutenção e Reparos	7.264	7.255	7.445	7.255
Outras	12.851	12.675	22.868	11.793
	158.359	150.480	208.283	176.321

28. Programas de opção de compra de ações

A Companhia concede opções de compra de ações preferenciais a alguns de seus empregados, por meio de um programa aprovado pelas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 26 de abril de 2002, 26 de outubro de 2006 e 29 de abril de 2011 com o objetivo de retê-los e incentivá-los a contribuir em prol dos interesses e objetivos da Companhia e de seus acionistas. Os planos são administrados pela área de Recursos Humanos da Companhia.

Crítérios gerais dos programas de outorga

Para os programas de 2002, 2003, 2004 e de 2005, a carência para o exercício das opções é de dois anos, com “vesting” de 20% no segundo ano, 20% no terceiro ano, 20% no quarto ano e 40% no quinto ano após outorga, com prazo máximo de até dez anos para exercício das opções outorgadas.

Para os programas de 2006 a 2009, a carência para o exercício das opções passou a ser de três anos, com “vesting” de 30% no terceiro ano (janela de exercício de dois meses), 30% no quarto ano (janela de exercício de dois meses) e 40% no quinto ano, com prazo máximo de cinco anos e dois meses para exercício das opções outorgadas. Para esses programas, o exercício das opções é condicional ao alcance de condições de desempenho baseadas em indicadores de resultados internos.

Para os programas de 2010 a 2012, a carência para o exercício das opções continuou a mesma que nos planos 2006-2009, porém o prazo máximo para exercício das opções outorgadas passou a ser diferente para cada “tranche”, sendo de três anos após o vencimento de cada período de carência. Para esses programas, o exercício das opções é também condicional ao alcance de condições de desempenho baseadas em indicadores de resultados internos.

Os critérios para determinação dos preços iniciais para exercício das opções outorgadas nos termos dos planos correspondem a:

- (i) Programas de 2002 a 2005: preço inicial de exercício equivalente à média ponderada por volume de negociações das cotações de fechamento das ações preferenciais da Companhia negociadas na BMF&BOVESPA nos 60 pregões anteriores à data de aprovação de cada programa anual. O índice de reajuste do preço de exercício é o Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.
- (ii) Programas de 2006 a 2009: preço inicial de exercício equivalente à média ponderada por volume de negociações das cotações de fechamento das ações preferenciais da Companhia na BMF&BOVESPA nos 60 pregões anteriores a 31 de maio do ano da outorga. O índice de reajuste do preço de exercício é o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA.
- (iii) Programa de 2010 a 2012: preço de exercício equivalente à média ponderada por volume de negociações das cotações de fechamento das ações preferenciais da Companhia na BMF&BOVESPA nos 60 pregões anteriores a 31 de maio do ano da outorga. Esse preço de exercício não é reajustado com nenhum índice.

Evolução dos planos de opção de compra de ações

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, segue a evolução dos planos de opção de compra de ações. As quantidades e os preços informados em 31 de dezembro de 2014 foram ajustados em razão da bonificação de 1:10 aprovada na AGE de 24 de abril de 2014.

	2014		2013	
	Número de opções	Preço de exercício médio ponderado R\$	Número de opções	Preço de exercício médio ponderado R\$
Opções em circulação no início do período/exercício	4.652.509		5.317.301	
Opções concedidas	-	-	835.583	2,00
Opções exercidas	(1.148.151)	1,41/8,36	(1.326.608)	13,13
Opções canceladas	(14.146)	11,99	(173.767)	2,27
Opções em circulação no fim do período/exercício	3.490.212		4.652.509	

As opções de compra de ações em circulação têm as seguintes características:

	Opções em circulação			
	Opções não exercidas no fim do exercício / período	Vida remanescente contratual (meses)	Faixa de preço de exercício R\$	Opções exercíveis no fim do exercício / período
31 de dezembro de 2014	3.490.212	6 a 72	2,01 – 11,99	966.361
31 de dezembro de 2013	4.652.509	6 a 84	1,41 – 11,99	1.173.462

O detalhe das características das opções de compra de ações em circulação, por plano, é apresentado a seguir:

	2014			
Data da outorga	Opções não exercidas no fim do exercício	Vida remanescente contratual (meses)	Preço de exercício (R\$)	Opções exercíveis no fim do exercício
1º de julho de 2005	547.626	6	2,01	547.626
1º de julho de 2010	501.521	42	4,66	231.594
1º de julho de 2011	834.754	54	8,36	187.141
1º de julho de 2012	869.999	66	11,99	-
1º de julho de 2013	736.312	72	11,99	-
Total	3.490.212		2,01 – 11,99	966.361

	2013			
Data da outorga	Opções não exercidas no fim do exercício	Vida remanescente contratual (meses)	Preço de exercício (R\$)	Opções exercíveis no fim do exercício
1º de julho de 2004	94.767	6	1,41	94.767
1º de julho de 2005	547.626	18	2,00	547.626
1º de julho de 2009	876.330	8	3,52	415.272
1º de julho de 2010	588.170	54	4,66	115.797
1º de julho de 2011	925.159	66	8,36	-
1º de julho de 2012	869.999	78	11,99	-
1º de julho de 2013	750.458	84	11,99	-
Total	4.652.509		1,41 – 11,99	1.173.462

Para fins contábeis, o valor justo das opções foi estimado utilizando-se um modelo de avaliação "Binomial". A despesa contábil registrada na conta de resultados relativa aos planos de opção de compra de ações foi de R\$3.152 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, contra R\$2.587 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Para o cálculo da despesa, foi utilizada uma probabilidade de alcance das condições de performance de 100% (para as outorgas 2006-2010) e uma taxa esperada de cancelamento das opções de 0%.

O valor justo, na data da outorga, das opções de compra de ações concedidas em 1º de julho de 2013 foi estimado em R\$7,29. As condições de performance não foram refletidas no valor justo pois são baseadas em indicadores de resultados internos. A hipótese de volatilidade esperada foi determinada com base na volatilidade histórica em um período de cinco anos anteriores à data da outorga e os exercícios antecipados foram refletidos utilizando-se um modelo de avaliação binomial do tipo "Hull-White" com um gatilho para exercício voluntário de 150% do preço de exercício.

As principais hipóteses utilizadas no cálculo são apresentadas a seguir:

	Valores expressos (R\$)
Preço da ação	14,62
Preço de exercício	13,19
Volatilidade esperada	37,5%
Dividendos esperados	2,0%
Taxa livre de risco (taxa nominal)	8,0%
Taxa de rotatividade ("post-vesting")	0%
Valor justo	7,29

A seguir são demonstrados os efeitos simulados decorrentes do:

- (i) Cenário I: exercício das opções outorgadas até 31 de dezembro de 2014.
- (ii) Cenário II: exercício de todas as opções passíveis de serem outorgadas no âmbito do programa de outorga de opções.

Para ambos os cenários considerou-se a hipótese na qual todas as opções eram exercíveis em 31 de dezembro de 2014, considerando o valor do patrimônio líquido da controladora na referida data-base.

Valores expressos em reais:

	Cenário I	Cenário II
Preço de exercício médio ponderado	8,50	8,50
Número de ações preferenciais do capital social	228.841.226	228.841.226
Número de ações preferenciais do capital social em circulação	219.142.151	219.142.151
Número de ações a serem adquiridas com exercício das opções	3.490.212	15.972.000
Valor patrimonial contábil por ação em circulação	4,34	4,34
Valor patrimonial contábil por ação considerando o exercício das opções	4,28	4,04
Diluição do valor patrimonial por ação	0,06	0,30
Diluição percentual	1,52%	6,98%

29. Benefícios a colaboradores

A Companhia e suas controladas patrocinam dois planos de complementação de benefícios de aposentadoria, além de conceder, por intermédio de um plano próprio de aposentadoria, benefícios de renda vitalícia e assistência médica para um grupo determinado de ex-funcionários e seus respectivos cônjuges. O passivo atuarial referente a esses planos, reconhecidos em 31 de dezembro de 2014, é de R\$925 (R\$914 em 31 de dezembro de 2013).

Os planos de complementação de benefícios estão representados por:

a) Planos de Previdência Alpaprev

Implantado em maio de 1991 e estruturado na modalidade de “benefício definido”, totalmente custeado por contribuições da patrocinadora. Em agosto de 2000, foi criado o plano “Super Prev”, estruturado na modalidade de “contribuição definida”, para o qual já migraram funcionários equivalentes a 99% das reservas necessárias.

b) Plano de Benefícios da São Paulo Alpargatas - HSBC

Destinado a um grupo fechado de ex-funcionários da Companhia, utilizando um fundo multipatrocinado de previdência complementar como veículo financeiro. Esse plano abrange apenas participantes em fase de recebimento de benefícios de aposentadoria e pensão por morte.

Em 7 de março de 2013 foi aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Privada (PREVIC) a incorporação do Plano de Benefícios da São Paulo Alpargatas pelo Plano de Previdência Alpaprev, sendo que o resultado deste plano passou a ser reportado juntamente com o Plano de Previdência Alpaprev.

c) Plano informal de aposentadoria para ex-funcionários

A Companhia patrocina um plano próprio de aposentadoria para ex-funcionários, o qual concede o benefício de uma renda vitalícia aos participantes, extensiva ao cônjuge nos casos de falecimento.

Atualmente, abrange seis participantes, sendo cinco ex-funcionários recebendo uma renda de aposentadoria e um pensionista recebendo renda de pensão por morte.

d) Plano de assistência médica a aposentados

A Companhia mantém um plano de assistência médica para um grupo determinado de ex-funcionários e seus respectivos cônjuges, conforme regras por ela estipuladas.

Os valores atuariais estão destacados a seguir:

	2014				
	Plano de Previdência Alpaprev (*)	Plano de Benefícios HSBC (*)	Plano Informal Aposentadoria	Plano Assistência Médica	Total
A. Reconciliação do valor das obrigações atuariais					
Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	32.402	-	162	-	32.564
Custo do serviço	747	-	-	-	747
Custo dos juros	3.558	-	17	-	3.575
Fluxo de caixa - benefício pago	(2.925)	-	(24)	-	(2.949)
Aumento/ (redução) decorrente de fusão/alienação/transferência	-	-	-	-	-
Efeito da alteração de premissas financeiras / demográficas	445	-	8	-	453
Efeito da experiência do plano	578	-	10	-	588
Obrigação de benefício definido no final do ano	34.805	-	173	-	34.978
B. Reconciliação do valor justo do ativo do plano					
Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior	41.199	-	-	-	41.199
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	4.626	-	-	-	4.626
Fluxos de caixa - contribuição paga pela empresa	863	-	24	-	887
Fluxos de caixa - benefício pago	(2.925)	-	(24)	-	(2.949)
Aumento/(redução) decorrente de fusão/alienação/transferência	-	-	-	-	-
Rendimento do valor justo do ativo do plano (deduzidos dos juros sobre o valor justo do ativo)	(4.307)	-	-	-	(4.307)
Valor justo do ativo do plano no final do ano	39.456	-	-	-	39.456
C. Reconciliação do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso					
Limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso no final do ano anterior	8.797	-	-	-	8.797
Juros sobre o limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso	1.017	-	-	-	1.017
Alteração do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso (deduzido dos juros do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso)	(5.163)	-	-	-	(5.163)
Efeito da mudança de taxa de câmbio	-	-	-	-	-
Limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso no final do ano	4.651	-	-	-	4.651
D. Valor reconhecido no balanço patrimonial da empresa					
Obrigação de benefício definido	34.805	-	173	-	34.978
Valor justo do ativo do plano	(39.456)	-	-	-	(39.456)
Situação financeira do plano	(4.651)	-	173	-	(4.478)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso	4.651	-	-	-	4.651
Passivo/(Ativo) líquido	-	-	173	-	173
E. Componentes do custo/(receita) de benefício definido					
Custo do serviço	747	-	-	-	747
Custo líquido dos juros	(51)	-	17	-	(34)

	2014				
	Plano de Previdência Alpaprev (*)	Plano de Benefícios HSBC (*)	Plano Informal Aposentadoria	Plano Assistência Médica	Total
Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	696	-	17	-	713
Efeito da alteração de premissas financeiras	445	-	8	-	453
Efeito da experiência do plano	578	-	10	-	588
Rendimento do valor justo do ativo do plano (deduzidos dos juros sobre o valor justo do ativo)	4.307	-	-	-	4.307
Resultado do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso no final do ano (deduzido dos juros sobre limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso)	(5.163)	-	-	-	(5.163)
Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes ("OCI")	167	-	18	-	185
Custo total da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa e em outros resultados abrangentes	863	-	35	-	898
F. Reconciliação do valor líquido do passivo/(ativo) de benefício definido					
Valor líquido do passivo/(ativo) de benefício definido no final do ano anterior	-	-	162	-	162
Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	696	-	17	-	713
Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	167	-	18	-	185
Transferência líquida entrada/(saída) (incluindo o efeito de qualquer fusão/alienação)	-	-	-	-	-
Fluxo de caixa - contribuição paga pela empresa	(863)	-	(24)	-	(887)
Valor líquido do passivo/(ativo) de benefício definido no final do ano	-	-	173	-	173
G. Segregação da obrigação de benefício definido					
Ativos e auto patrocinados	9.038	-	-	-	9.038
Aposentados e pensionistas	25.767	-	173	-	25.940
Total	34.805		173	-	34.978
H. Valor justo do ativo					
Instrumentos de patrimônio (segregados por tipo de setor, porte da empresa, geografia, etc.)	1.184	-	-	-	1.184
Fundos de investimento (segregados por tipo de fundo)	7.891	-	-	-	7.891
Instrumentos de dívida (segregados por tipo de emissor, qualidade do crédito, geografia, etc.)	30.381	-	-	-	30.381
Total	39.456	-	-	-	39.456

	2013				
	Plano de Previdência Alpaprev (*)	Plano de Benefícios HSBC (*)	Plano Informal Aposentadoria	Plano Assistência Médica	Total
A. Reconciliação do valor das obrigações atuariais					
Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	38.198	566	274	796	39.834
Custo do serviço	850	-	-	-	850
Custo dos juros	2.972	-	20	62	3.054
Fluxo de caixa - benefício pago	(2.443)	-	(22)	(56)	(2.521)
Aumento/ (redução) decorrente de fusão/alienação/transferência	566	(566)	-	-	-
Efeito da alteração de premissas financeiras / demográficas	(8.737)	-	(27)	(160)	(8.924)
Efeito da experiência do plano	996	-	(83)	111	1.024
Obrigação de benefício definido no final do ano	32.402	-	162	753	33.317
B. Reconciliação do valor justo do ativo do plano					
Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior	43.033	4.247	-	-	47.280
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	3.681	-	-	-	3.681
Fluxos de caixa - contribuição paga pela empresa	(3.511)	-	22	56	(3.433)
Fluxos de caixa - benefício pago	(2.443)	-	(22)	(56)	(2.521)
Aumento/(redução) decorrente de fusão/alienação/transferência	4.247	(4.247)	-	-	-
Rendimento do valor justo do ativo do plano (deduzidos dos juros sobre o valor justo do ativo)	(3.808)	-	-	-	(3.808)
Valor justo do ativo do plano no final do ano	41.199	-	-	-	41.199
C. Reconciliação do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso					
Limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso no final do ano anterior	740	83	-	-	823
Juros sobre o limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso	66	-	-	-	66
Alteração do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso (deduzido dos juros do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso)	7.908	-	-	-	7.908
Efeito da mudança de taxa de câmbio	83	(83)	-	-	-
Limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso no final do ano	8.797	-	-	-	8.797
D. Valor reconhecido no balanço patrimonial da empresa					
Obrigação de benefício definido	32.402	-	162	753	33.317
Valor justo do ativo do plano	(41.199)	-	-	-	(41.199)
Situação financeira do plano	(8.797)	-	162	753	(7.882)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso	8.797	-	-	-	8.797
Passivo/(Ativo) líquido	-	-	162	753	915

	2013				
	Plano de Previdência Alpaprev (*)	Plano de Benefícios HSBC (*)	Plano Informal Aposentadoria	Plano Assistência Médica	Total
E. Componentes do custo/(receita) de benefício definido					
Custo do serviço	850	-	-	-	850
Custo líquido dos juros	(643)	-	20	62	(561)
Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	207	-	20	62	289
Efeito da alteração de premissas financeiras	(8.737)	-	(27)	(160)	(8.924)
Efeito da experiência do plano	996	-	(83)	111	1.024
Rendimento do valor justo do ativo do plano (deduzidos dos juros sobre o valor justo do ativo)	3.808	-	-	-	3.808
Resultado do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso no final do ano (deduzido dos juros sobre limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso)	7.908	-	-	-	7.908
Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes ("OCI")	3.975	-	(110)	(49)	3.816
Custo total da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa e em outros resultados abrangentes	4.182	-	(90)	13	4.105
F. Reconciliação do valor líquido do passivo/(ativo) de benefício definido					
Valor líquido do passivo/(ativo) de benefício definido no final do ano anterior	(4.095)	(3.598)	274	796	(6.623)
Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	207	-	20	62	289
Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	3.975	-	(110)	(49)	3.816
Transferência líquida entrada/(saída) (incluindo o efeito de qualquer fusão/alienação)	(3.598)	3.598	-	-	-
Fluxo de caixa - contribuição paga pela empresa	3.511	-	(22)	(56)	3.433
Valor líquido do passivo/(ativo) de benefício definido no final do ano	-	-	162	753	915
G. Segregação da obrigação de benefício definido					
Ativos e auto patrocinados	8.111	-	-	-	8.111
Aposentados e pensionistas	24.291	-	162	753	25.206
Total	32.402		162	753	33.317
H. Valor justo do ativo					
Instrumentos de patrimônio (segregados por tipo de setor, porte da empresa, geografia, etc.)	1.914	-	-	-	1.914
Fundos de investimento (segregados por tipo de fundo)	28.463	-	-	-	28.463
Outros	2.025	-	-	-	2.025
Total	32.402				32.402

(*) Esses ativos não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia por não haver evidência de reembolso ou abatimento de contribuições futuras.

As premissas e hipóteses adotadas pelo atuário independente nos cálculos de obrigação atuarial foram as seguintes:

	2014					2013			
	Plano de Previdência Alpaprev	Plano de Benefícios HSBC	Plano Informal Aposentadoria	Plano Assistência Médica		Plano de Previdência Alpaprev	Plano de Benefícios HSBC	Plano Informal Aposentadoria	Plano Assistência Médica
I. Principais premissas atuariais									
Média ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido:									
- Taxa nominal de desconto	11,46%	N/A	11,46%	N/A		11,56%	N/A	11,56%	11,56%
- Taxa nominal de crescimento salarial	8,15%	N/A	N/A	N/A		8,15%	N/A	N/A	N/A
- Taxa de inflação estimada no longo prazo	5,00%	N/A	5,00%	N/A		5,00%	N/A	5,00%	5,00%
- Taxa nominal de reajuste de benefícios	5,00%	N/A	5,00%	N/A		5,00%	N/A	5,00%	5,00%
Média ponderada de premissas para determinar o custo/(receita) do benefício definido:									
- Taxa nominal de desconto	11,56%	N/A	11,56%	N/A		8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
- Taxa nominal de crescimento salarial	8,15%	N/A	N/A	N/A		7,74%	7,74%	N/A	N/A
- Taxa de inflação estimada no longo prazo	5,00%	N/A	5,00%	N/A		4,60%	4,60%	4,60%	4,60%
- Taxa nominal de reajuste de benefícios	5,00%	N/A	5,00%	N/A		4,60%	4,60%	4,60%	4,60%
Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos:									
- Aposentadoria hoje (idade atual de 65 anos)	19,55	N/A	19,55	N/A		19,55	N/A	19,55	19,55
- Aposentadoria daqui à 25 anos (idade atual 40 anos)	19,55	N/A	19,55	N/A		19,55	N/A	19,55	19,55
J. Hipóteses atuariais									
Reajuste real de benefício do plano	0,00%	N/A	0,00%	N/A		0,00%	N/A	0,00%	N/A
Capacidade de salários e benefícios	0,98	N/A	0,98	N/A		0,98	N/A	0,98	N/A
Tábua de mortalidade	AT-2000 – suavizada em 10%	N/A	AT-2000	N/A		AT-2000	N/A	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada de invalidez	Mercer Disability	N/A	N/A	N/A		Mercer Disability	N/A	N/A	N/A
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57	N/A	N/A	N/A		IAPB-57	N/A	N/A	N/A
Aposentadoria	Mercer Retirement	N/A	N/A	N/A		Mercer Retirement	N/A	N/A	N/A
Rotatividade	Mercer Service	N/A	N/A	N/A		Mercer Service	N/A	N/A	N/A
Inflação médica	N/A	N/A	N/A	N/A		N/A	N/A	N/A	3,00%
Crescimento em função da idade	N/A	N/A	N/A	N/A		N/A	N/A	N/A	Por faixa etária: 0 a 24 anos: 0,50% a.a. ; 25 a 54: 2,00% a.a. ; 55 a 79: 4,50% a.a. ; +80: 3,00% a.a.

A análise de sensibilidade quantitativa em relativas às hipóteses significativas em 31 de dezembro de 2014 é demonstrada a seguir:

	Plano de Previdência Alpaprev	Plano de Benefícios HSBC	Plano Informal Aposentadoria	Plano Assistência Médica
K. Análise de sensibilidades nas hipóteses adotadas				
Taxa nominal de desconto - 0,50%	36.385	N/A	173	N/A
Premissa adotada na análise	10,96%	N/A	10,96%	N/A
Média ponderada da <i>duration</i> da obrigação de benefício definido (anos)	8,88	N/A	8,26	N/A
Taxa nominal de desconto + 0,50%	33.668	N/A	162	N/A
Premissa adotada na análise	11,96%	N/A	11,96%	N/A
Média ponderada da <i>duration</i> da obrigação de benefício definido (anos)	6,64	N/A	4,88	N/A
L. Fluxos de caixa esperados para os próximos anos				
Contribuição esperada a ser paga pela empresa	932	N/A	25	N/A
Total previsto de pagamentos de benefícios pelo plano				
- Ano 1	3.849	N/A	25	N/A
- Ano 2	3.412	N/A	26	N/A
- Ano 3	3.484	N/A	27	N/A
- Ano 4	3.695	N/A	29	N/A
- Ano 5	3.827	N/A	30	N/A
- Próximos 5 anos	22.202	N/A	175	N/A
Os valores atuariais esperados para o exercício de 2015 são:				
A. Componentes do custo/(receita) de benefício definido				
Custo do serviço	798	N/A	-	N/A
Custo dos juros	(53)	N/A	18	N/A
Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	745	N/A	18	N/A
B. Hipóteses usadas para determinar o custo/(receita) de benefício definido				
- Taxa nominal de desconto	11,46%	N/A	11,46%	N/A
- Taxa nominal de crescimento salarial	8,15%	N/A	N/A	N/A
- Taxa de inflação estimada no longo prazo	5,00%	N/A	5,00%	N/A
- Taxa nominal de reajuste de benefícios	5,00%	N/A	5,00%	N/A

30. Receitas e despesas financeiras, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	52.069	45.174	60.634	49.824
Juros ativos	3.612	3.911	4.005	4.617
Outras	1.265	1.105	2.073	1.104
	<u>56.946</u>	<u>50.190</u>	<u>66.712</u>	<u>55.545</u>
Despesas financeiras:				
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos	(16.824)	(10.442)	(29.267)	(33.182)
Juros e encargos sobre obrigações negociadas de controlada	-	-	(8.066)	(10.141)
IOF	(787)	(502)	(2.810)	(3.238)
Imposto sobre operações bancárias (Argentina)	-	-	(8.034)	(7.399)
Atualização monetária sobre impostos	(5.068)	(7.612)	(5.068)	(7.612)
Despesas bancárias	(7.910)	(6.202)	(13.651)	(10.266)
Ajuste a valor presente	(17.804)	-	(17.804)	-
Outras	(1.472)	(1.030)	(3.906)	(3.542)
	<u>(49.865)</u>	<u>(25.788)</u>	<u>(88.606)</u>	<u>(75.380)</u>
Ganhos em operações com instrumentos financeiros derivativos	46.115	84.732	46.115	84.732
Perdas em operações com instrumentos financeiros derivativos	(41.784)	(39.795)	(41.784)	(39.795)
	<u>4.331</u>	<u>44.937</u>	<u>4.331</u>	<u>44.937</u>
	<u>11.412</u>	<u>69.339</u>	<u>(17.563)</u>	<u>25.102</u>

31. Variação cambial líquida

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Variação cambial ativa	30.639	30.162	31.531	32.078
Variação cambial passiva	(59.944)	(33.732)	(36.622)	(35.163)
	<u>(29.305)</u>	<u>(3.570)</u>	<u>(5.091)</u>	<u>(3.085)</u>

32. Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Outras receitas operacionais:				
Venda de sucata	694	796	730	834
Receita de taxa de franquia	1.304	1.377	1.304	1.377
Ganho na venda de imobilizado	3.488	-	3.493	-
Venda Ponto Park Shopping Brasília	541	-	541	-
Ajuste aquisição Osklen	-	8.874	-	8.874
Venda Imóvel de Natal (a)	-	-	33.722	-
Baixa de investimento Tavex	-	-	6.239	-
Resultado na venda imóvel (Argentina)	-	-	-	4.762
Outras	569	3.231	17.889	5.010
	<u>6.596</u>	<u>14.278</u>	<u>63.918</u>	<u>20.857</u>
Outras despesas operacionais:				
Amortização de intangível	(18.350)	(21.009)	(24.717)	(25.074)
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 22)	(8.060)	(6.560)	(11.361)	(11.997)
Reestruturação Argentina	-	-	(11.143)	(7.714)
Despesas com outorga de ações	(3.152)	(2.587)	(3.152)	(5.438)
Despesas pré-operacionais fábrica nova Montes Claros	-	(13.375)	-	(13.375)
Despesas com aquisições	(1.320)	(5.043)	(1.320)	(5.043)
Indenizações Brasil	(7.289)	(1.987)	(7.289)	(1.987)
Serviços de terceiros	(8.193)	(4.972)	(8.244)	(4.972)
Custo na venda do imóvel de Natal	-	-	(1.518)	-
Rescisão contratual distribuidor sandálias	-	(1.356)	-	(1.356)
Ajuste aquisição Osklen	(2.557)	-	(2.557)	-
Remensuração 1ª aquisição	(4.521)	-	(4.521)	-
Outras	(17.212)	(11.489)	(19.073)	(12.404)
	<u>(70.654)</u>	<u>(68.378)</u>	<u>(94.895)</u>	<u>(89.360)</u>
	<u>(64.058)</u>	<u>(54.100)</u>	<u>(30.890)</u>	<u>(68.503)</u>

(a) Em 31 de março de 2014 a controlada Alpargatas Imobiliária S.A. assinou compromisso de venda e compra de um imóvel localizado em Natal – RN no valor de R\$ 35.000 (R\$33.722, líquido de PIS e COFINS).

33. Participação nos resultados

A Companhia e suas controladas concedem participação nos resultados a seus funcionários, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecida e aprovada anualmente para cada fábrica/unidade. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, foram reconhecidos no resultado os seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Programa de participação no resultado	36.117	37.069	42.976	44.569

Esta participação está registrada na conta “Salários e encargos sociais a pagar”, no passivo circulante.

34. Avais e garantias

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, em adição ao divulgado nas notas explicativas nº 15 e nº 17, os avais e as garantias oferecidos pela Companhia às instituições financeiras, referentes às operações de financiamento de vendas - “vendedor”, totalizavam, respectivamente, R\$2.897 e R\$2.519.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Companhia não registrou perdas decorrentes desses avais e garantias oferecidos.

35. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

a) Considerações gerais e políticas

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo derivativos, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da exposição cambial consolidada da Companhia e de suas controladas, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração.

Aplicações financeiras

A política para aplicações financeiras estabelecida pela Administração da Companhia e de suas controladas, elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados segundo avaliação do *rating* de crédito da contraparte em questão, percentual máximo de exposição por instituição de acordo com o *rating* e percentual máximo por patrimônio líquido do banco. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 as aplicações estão dentro destes limites.

Contas correntes com partes relacionadas

Na controladora, os saldos com partes relacionadas são referentes à administração de caixa único (caixa e equivalentes de caixa) pela Companhia, não havendo encargos financeiros sobre essas transações.

Políticas para contratação de instrumentos financeiros derivativos

Em virtude das obrigações financeiras assumidas pela Companhia e por suas controladas em moedas estrangeiras, a Administração, seguindo diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia, pode contratar operações com instrumentos financeiros derivativos para minimizar riscos cambiais assumidos por obrigações financeiras e contas a pagar por importação de insumos produtivos, obedecendo aos níveis de exposição vinculados a esses riscos.

Entre os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente, estão incluídas rotinas mensais de projeção e avaliação da exposição cambial da Companhia e de suas controladas, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração quanto à contratação desses instrumentos financeiros.

b) Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando, quando necessário, instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros e câmbio.

b.1) Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

i) Risco cambial

Em virtude de contas a receber e das obrigações financeiras de diversas naturezas assumidas pela Companhia em moedas estrangeiras, é conduzida uma política de Proteção Cambial, que estabelece níveis de exposição vinculados a esse risco.

Consideram-se os valores em moeda estrangeira dos saldos a receber e a pagar de compromissos já assumidos e registrados nas demonstrações financeiras oriundos das operações da Companhia, bem como fluxos de caixa futuros.

ii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de parte das aplicações financeiras que são pós-fixadas e de seus empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos são corrigidos por indexadores pré e pós fixados, conforme contrato firmado com as instituições financeiras.

b.2) Risco de crédito

As vendas são substancialmente para varejistas e atacadistas. O risco de crédito é reduzido em virtude da grande pulverização da carteira de clientes e pelos procedimentos de avaliação e concessão de crédito. O resultado dessa gestão está refletido na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa", conforme demonstrado na nota explicativa nº 9.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios.

Consideram baixo o risco de não-liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras com as quais operam, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha.

b.3) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas e aos montantes disponíveis em caixa e equivalentes de caixa. A tabela a seguir, no item d), analisa os passivos financeiros, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

c) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge (“hedge accounting”)

A Companhia possui importações em dólares de produtos acabados e matérias primas, principalmente referentes à unidade de negócio de Artigos Esportivos. Além disso, a Companhia também compra parte de suas matérias-primas nacionais a um valor cujo preço sofre impacto indireto da variação da taxa cambial.

Por outro lado, a Companhia possui também exportações de sandálias que em sua maioria, são vendidas em dólares.

O volume de importações e pagamentos em moeda estrangeira é superior ao volume de exportações e recebimentos também em moeda estrangeira. Dessa forma, a Companhia possui uma exposição cambial cuja posição importadora é maior do que a posição exportadora, ou seja, possui um risco de perda se houver alta na taxa de câmbio.

Com o objetivo de mitigar este risco e principalmente proteger o seu fluxo de caixa, foi aprovada em dezembro de 2012 pelo Conselho de Administração da Companhia a Política de Gestão de Risco Cambial. Esta política estabelece diretrizes para operações de proteção do fluxo de caixa através da utilização de instrumentos financeiros derivativos.

As operações com derivativos visam proteger o fluxo de caixa futuro da Companhia através da redução da exposição cambial para um horizonte de doze meses futuros. A exposição cambial futura é baseada nas projeções de pagamentos e recebimentos em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2014, o volume total protegido (Notional) representava um montante de US\$56.795 (cinquenta e seis milhões, setecentos e noventa e cinco mil dólares) por meio de operações do tipo NDF (“Non-Deliverables Forward”).

“Hedge” de fluxo de caixa

A partir de 1º de setembro de 2013, foi aplicada a contabilidade de hedge (“hedge accounting”) para todas as operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo NDF, conforme CPC 38 e IAS 39, tendo como objeto de hedge importações e compras futuras de estoques em moeda estrangeira altamente prováveis. A contabilização adotada pela Companhia foi o hedge de fluxo de caixa (“cashflow hedge”). Todos os derivativos são contabilizados no balanço da Companhia pelo seu valor justo marcado a mercado (“Mark-to-Market”) e os resultados dos derivativos são reconhecidos no resultado da Companhia ou mantidos no patrimônio líquido até o seu vencimento de

acordo com a efetividade de cada operação.

As atividades de hedge são realizadas apenas na empresa Controladora, não envolvendo assim as demais empresas controladas pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía uma posição de instrumentos derivativos do tipo NDF ("Non-Deliverable Forward") designados como "hedge" de compras futuras em dólar americano junto a fornecedores de produtos acabados e matérias primas com os quais a Alpargatas prevê ser altamente provável a realização de transações. As operações possuem diferentes vencimentos dentro de um horizonte de doze meses futuros. A liquidação deste tipo de instrumento se faz de acordo com a PTAX na data do vencimento. O saldo contábil registrado no balanço da Companhia em 31 de dezembro de 2014 segue no quadro abaixo.

	31/12/2014		31/12/2013	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
NDF – "Non Deliverable Forward" (Valor justo - MtM)	6.776	784	11.860	1.000

Com a implementação do "hedge accounting" a partir de 1º de setembro de 2013, além dos saldos no ativo e no passivo da Companhia, serão registrados também no seu balanço os valores da marcação a mercado dos derivativos designados como instrumentos de "hedge", que serão mantidos no Patrimônio Líquido e transferidos para resultado do exercício nos períodos em que o item protegido por hedge afeta o resultado. O saldo contábil registrado no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2014 segue no quadro abaixo:

	31/12/2014	Outros resultados abrangentes	31/12/2013
Saldo bruto mantido no patrimônio líquido	4.246	6.912	(2.666)
IR/CS diferidos ativos sobre operação de "hedge"	(1.444)	(2.350)	906
Saldo líquido mantido no patrimônio líquido	<u>2.802</u>	<u>4.562</u>	<u>(1.760)</u>

As operações de "hedge" de fluxo de caixa de compras futuras esperadas no horizonte de doze meses futuros foram avaliadas como altamente eficientes em 31 de dezembro de 2014.

O valor transferido durante o exercício do patrimônio líquido da reserva de outros resultados abrangentes para o saldo contábil dos itens objeto foi igual à R\$(22.214), visto que a operação foi designada para as compras a partir de outubro de 2013.

Anteriormente a adoção do "hedge" de fluxo de caixa, até 31 de outubro de 2013, as variações oriundas da marcação a mercado do valor justo dos derivativos eram reconhecidas diretamente no resultado. Os impactos acumulados dos instrumentos derivativos no resultado do exercício totalizaram R\$ (17.883) sendo R\$4.331 em Receitas/Despesas financeiras (vide nota explicativa nº 30) e R\$(22.214) em Custos de Produtos Vendidos (vide nota explicativa nº 27).

As liquidações de instrumentos financeiros derivativos do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 totalizaram uma saída de caixa de R\$(6.104).

d) Passivos financeiros

O valor contábil consolidado dos passivos financeiros é mensurado pelo método do custo amortizado, e seus correspondentes valores justos são demonstrados a seguir:

	2014						
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos	Valor justo	Efeito do desconto	Saldo contábil
Circulante:							
Obrigações por arrendamento financeiro	14	-	-	-	14	-	14
Empréstimos e financiamentos	295.917	-	-	-	295.917	-	295.917
Fornecedores	396.898	-	-	-	396.898	-	396.898
Não circulante:							
Obrigações por arrendamento financeiro	-	-	33	-	33	-	33
Empréstimos e financiamentos	-	90.838	75.040	52.161	218.039	-	218.039

	2013						
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos	Valor justo	Efeito do desconto	Saldo contábil
Circulante:							
Obrigações por arrendamento financeiro	17	-	-	-	17	-	17
Empréstimos e financiamentos	275.294	-	-	-	275.294	-	275.294
Fornecedores	384.055	-	-	-	384.055	-	384.055
Não circulante:							
Obrigações por arrendamento financeiro	-	28	17	-	45	-	45
Empréstimos e financiamentos	-	108.016	97.544	75.918	281.478	-	281.478

e) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A posição financeira líquida consolidada corresponde ao total do caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, subtraído do montante de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos.

	2014	2013
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	485.622	814.400
(-) Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos	(514.003)	(556.834)
Posição financeira líquida	(28.381)	257.566
Patrimônio líquido	2.100.904	1.834.451

f) Exposição cambial

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Ativo:				
Contas a receber de clientes	95.519	73.792	102.406	81.326
Total do ativo	<u>95.519</u>	<u>73.792</u>	<u>102.406</u>	<u>81.326</u>
Passivo:				
Fornecedores	87.184	120.184	87.184	120.184
"Royalties" a pagar	15.184	29.070	15.184	29.070
Total do passivo	<u>102.368</u>	<u>149.254</u>	<u>102.368</u>	<u>149.254</u>
Exposição líquida	(6.849)	(75.462)	38	(67.928)
Instrumentos financeiros derivativos (i)	5.992	10.860	5.992	10.860
Total da exposição para fins de análise de sensibilidade	<u>(857)</u>	<u>(64.602)</u>	<u>6.030</u>	<u>(57.068)</u>

(i) Conforme descrito no item c).

O risco cambial é proveniente da oscilação das taxas de câmbio sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores e "royalties", denominados em moeda estrangeira.

g) Valores de mercado

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os valores de mercado das aplicações financeiras pós-fixadas aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações financeiras pelo fato de elas estarem atreladas à variação do CDI. A Companhia efetua ajuste a valor de mercado para suas aplicações pré-fixadas registradas no balanço. Os empréstimos e financiamentos são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições usuais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como "não circulantes", considerando-se a modalidade dos correspondentes financiamentos.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de mercado de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas controladas usam diversos métodos e definem premissas que são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço. O valor justo de contratos de câmbio a termo é determinado com base em taxas de câmbio a termo, cotadas na data do balanço.

Estima-se que os saldos das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores, registrados pelos valores contábeis, estejam próximos de seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas.

A Companhia e suas controladas aplicam as regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros conforme as práticas contábeis do IFRS 7/CPC 40, para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- Isenções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo

mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros, conforme as regras do Nível 2, incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de “swaps” de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

h) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Risco cambial

Para a análise de sensibilidade da exposição cambial consolidada em 31 de dezembro de 2014, cujos efeitos refletem somente os impactos sobre os ativos e passivos monetários, foram desconsiderados os saldos de contas a receber de clientes e dos empréstimos e financiamentos mantidos pelas controladas no exterior, os quais são denominados nas moedas funcionais locais de cada uma dessas controladas, e por este motivo, a Administração da Companhia entende que não existe risco de exposição de moeda para essas controladas.

Considerando as exposições cambiais descritas no item (e) anterior, em 31 de dezembro de 2014 a análise de sensibilidade quanto à posição em aberto é como segue:

	Ganho/(Perda)		
	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
<u>Impactos da variação do dólar norte americano</u>			
Contas a receber de clientes	1.638	25.602	51.203
Fornecedores	(1.395)	(21.796)	(43.592)
"Royalties" a pagar	(243)	(3.796)	(7.592)
Impacto total no resultado	-	10	19
Instrumentos financeiros derivativos	8.703	38.651	76.086
Impacto total no resultado com derivativos	8.703	38.661	76.105

O cenário provável considera uma desvalorização do real em 1,60% sobre o dólar norte-americano considerando uma taxa de câmbio de R\$2,6562, baseada em referências de mercado.

O cenário possível considera uma desvalorização do real em 25% sobre o dólar norte-americano considerando a taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2014 de (R\$3,3203/US\$), e o cenário remoto uma desvalorização de 50% (R\$3,9843/US\$).

Risco de taxa de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no final de cada período de relatório. Para os ativos financeiros indexados a CDI, a análise é preparada assumindo que o valor líquido entre o ativo e o passivo em aberto no final do período de relatório esteve em aberto durante todo o exercício.

	Ganho/(Perda)		
	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
<u>Impactos da variação da taxa de juros</u>			
Receita de aplicações financeiras	650	(10.442)	(20.885)
Despesas de juros sobre empréstimos	(62)	995	1.991
Impacto total no resultado	588	(9.447)	(18.894)

Considerando a taxa de juros (CDI) em 31 de dezembro de 2014 de 11,57% a.a., o cenário provável simula um aumento da taxa de juros em 18 pontos base sobre a taxa do CDI resultando em uma taxa de 11,75% a.a.

O cenário possível considera uma redução da taxa de juros em 289 pontos base sobre a taxa do CDI resultando na taxa em 31 de dezembro de 2014 de 8,68% a.a. e o cenário remoto uma redução da taxa de juros em 579 pontos base a 5,79% a.a.

36. Lucro líquido por ação

	2014		
	Ordinárias - ON	Preferenciais - PN (a)	Total
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações total	241.608.551	228.841.226	470.449.777
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	-	(7.765.384)	(7.765.384)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	241.608.551	221.075.842	462.684.393
% de ações em relação ao total	52,22%	47,78%	100,00%
Numerador – Básico			
Lucro líquido do exercício atribuível a cada classe de ações	139.602	140.549	280.151
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	241.608.551	221.075.842	462.684.393
Lucro líquido do exercício por ação básico total	0,5778	0,6358	0,6055
Numerador – Diluído			
Lucro líquido do exercício atribuível a cada classe de ações	138.278	141.873	280.151
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	241.608.551	221.075.842	462.684.393
Quantidade de ações dos programas de opção de compra de ações ponderada	-	4.033.037	4.033.037
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	241.608.551	225.108.879	466.717.430
% de ações em relação ao total	51,77%	48,23	100,00%
Lucro líquido do exercício por ação diluído total	0,5723	0,6302	0,6003

	2013		
	Ordinárias - ON	Preferenciais - PN (a)	Total
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações total	241.608.551	228.841.226	470.449.777
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	-	(7.765.384)	(7.765.384)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	241.608.551	221.075.842	462.684.393
% de ações em relação ao total	52,22%	47,78%	100,00%
Numerador – Básico			
Lucro líquido do exercício atribuível a cada classe de ações	154.482	155.529	310.011
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	241.608.551	221.075.842	462.684.393
Lucro líquido do exercício por ação básico total	0,6394	0,7035	0,6700
Numerador – Diluído			
Lucro líquido do exercício atribuível a cada classe de ações	153.017	156.994	310.011
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	241.608.551	221.075.842	462.684.393
Quantidade de ações dos programas de opção de compra de ações ponderada	-	4.033.037	4.033.037
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	241.608.551	225.108.879	466.717.430
% de ações em relação ao total	51,77%	48,23%	100,00%
Lucro líquido do exercício por ação diluído total	0,6333	0,6974	0,6642

(a) As ações preferenciais possuem direito a dividendo 10% maior em relação às ações ordinárias.

Em virtude da bonificação de ações, divulgada na nota explicativa nº 24.a), o número de ações ordinárias e preferenciais em 31 de dezembro de 2013 foram ajustadas de forma a refletir a atual quantidade de ações, conforme requerido pelo parágrafo 64 do

37. Compromissos assumidos

37.1. Arrendamentos operacionais

Locação de lojas

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía contratos de locação firmados com terceiros, os quais a administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

O valor da locação dos imóveis é sempre o maior valor entre: (i) o equivalente à taxa média entre 3 e 4% das vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (ii) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação. A despesa média mensal de aluguéis pagos foi de R\$981 (R\$907 em 31 de dezembro de 2013). Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade de 5 a 15 anos, sujeitos à renovação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, no consolidado, totalizaram R\$11.768 (R\$10.879 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013).

Outros arrendamentos

A Companhia também possui contratos de locação de depósitos para armazenagem de produtos e mercadorias e escritórios comerciais com valores mensais fixos, reajustados anualmente por índices inflacionários usuais de mercado.

Em agosto de 2011, a Companhia assinou o contrato de locação de um imóvel para instalação de sua nova sede a partir de 2012. O prazo do referido contrato é de 10 anos, com início em setembro de 2011 e com carência de 90 dias a contar desta data. O valor mensal do aluguel é de R\$ 893 e o contrato será reajustado anualmente pela aplicação da variação positiva acumulada do IGP-M / FGV.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, no consolidado, totalizaram R\$73.414 (R\$38.488 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013).

Compromissos futuros

Os compromissos futuros totais oriundos dos contratos de arrendamento operacional, a valores de 31 de dezembro de 2014, totalizam um montante mínimo fixo de R\$377.293, assim distribuídos:

<u>Exercício</u>	<u>R\$</u>
2015	80.529
2016	80.455
2017	78.277
2018 a 2019	138.032
	<u>377.293</u>

Tais operações possuem cláusulas restritivas de praxe, como garantias contra rescisão antecipada de contrato, entre outras, para as quais, em 31 de dezembro de 2014, a Companhia estava adimplente com essas cláusulas, fazendo com que nenhum dos contratos de aluguel vigentes estivesse sendo caracterizado, naquela data como contrato oneroso pela Administração da Companhia. Adicionalmente, nenhum pagamento considerado como “contingente” havia sido efetuado pela Companhia durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

37.2. Contratos de fornecimento de insumos

A Companhia possui compromissos decorrentes de contrato de fornecimento de energia elétrica, devendo ser adquirido o volume mínimo mensal de 37.948 kw, equivalente a R\$623, podendo ser alterado com prazo mínimo de seis meses. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia estava adimplente com os compromissos desse contrato.

38. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam uma política de efetuar a cobertura de seguros para os bens do imobilizado e estoques sujeitos a risco de incêndio, pelo valor de reposição técnica e para cobertura de lucros cessantes. Em 31 de dezembro de 2014, as coberturas de seguro no consolidado, eram consideradas suficientes pela Administração para a cobertura dos riscos envolvidos.

39. Informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Aquisições de imobilizado sem efeito caixa	1.773	3.410	1.773	3.410
Limites de contas garantidas sem utilização	-	-	16.415	48.929

40. Medida Provisória nº 627 de 2013

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do IRPJ bem como na legislação pertinente à CSLL; (ii) definição de que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclusão de tratamento específico sobre a tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (v) novas considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015, no entanto a sua adoção antecipada, de forma irretroativa, em 2014, pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente aqueles relacionados a dividendos e juros sobre capital próprio efetivamente pagos desde 2008 até a data de publicação desta MP.

A Companhia elaborou estudos sobre os possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação

das referidas disposições da MP e concluiu não resultar em ajustes relevantes nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

41. Eventos subsequentes

- a) Em 2 de fevereiro de 2015, em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada a incorporação integral da subsidiária CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias pela Alpargatas, pelo seu valor patrimonial contábil sem a emissão de novas ações ordinárias e/ou preferenciais da Alpargatas.
- b) Contribuição Social sobre a Receita Bruta - Plano Brasil Maior
No dia 27 de fevereiro de 2015 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 669, a qual, dentre outras disposições, implementou alterações na Lei nº 12.546/2011 referentes à desoneração da folha de pagamento. Tal MP previu o aumento das alíquotas de recolhimento de contribuição social sobre a receita bruta para 2,5% e 4,5%, bem como estabeleceu a faculdade das empresas retornarem à metodologia de pagamento de 20% de INSS sobre a folha de pagamento. Apesar do Senado Federal ter rejeitado a MP nº 669, um projeto de lei, com urgência constitucional, já foi apresentado nos mesmos termos da MP. Desta forma, a Companhia aguarda os desdobramentos legislativos deste assunto para poder ponderar sobre os prováveis impactos.
- c) Desinvestimento no Grupo Tavex
Em fevereiro de 2015 foi finalizada a Oferta Pública de Ações de Fechamento de Capital do Grupo Tavex e, em 20 de fevereiro de 2015, o Conselho de Administração da Alpargatas aprovou a venda para a Camargo Correa S.A. da totalidade de sua participação indireta no Grupo Tavex, através da A.Y.U.S.P.E., pelo valor de R\$ 15.572 com vencimento até 20 de agosto de 2015. Os detalhes desta operação estão divulgados na nota explicativa nº 14.

42. Aprovação para divulgação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas para divulgação pelo Conselho da Administração em reunião ocorrida em 6 de março de 2015.